



Escola Sede: Secundária de Maria Lamas

**PROJETO CURRICULAR DE AGRUPAMENTO
(PCA)**



AEGP - Agrupamento de Escolas Gil Paes

Torres Novas

Ano Letivo 2019/2020

Apresentado na reunião de Conselho Geral de 10/09/2019

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. A MISSÃO E AS PRIORIDADES EDUCATIVAS PARA O PROJETO CURRICULAR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GIL PAES (AEGP)	5
3. BREVE APRESENTAÇÃO DE DADOS ATUALIZADOS DA POPULAÇÃO ESCOLAR DO AGRUPAMENTO POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO	7
4. PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS DO ANO LETIVO	12
4.1. Calendário Escolar e Horários de Funcionamento	13
4.2. Constituição de Turmas	14
4.3. Critérios de Elaboração de Horário dos Alunos.....	20
4.4. Distribuição de Serviço Docente	23
4.5. Critérios de Nomeação de Diretores de Turma	26
4.6. Critérios de Elaboração de Horários dos Docentes.....	27
5. PRINCIPAIS DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DO CURRÍCULO DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO.....	30
6. A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E A ESTRUTURA DAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES.....	32
7. O ENSINO BÁSICO.....	34
7.1. Orientações Específicas e Matriz Curricular do 1.º Ciclo	34
7.2. Orientações Específicas para o 2.º e 3º Ciclos	35
7.3. Matrizes Curriculares do 2º e do 3.º Ciclos	36
7.4. Orientações Específicas para os Cursos de Educação e Formação	39
7.4.1. A Organização dos Cursos de Educação e Formação	39
7.4.2. Referenciais de Formação	39
7.4.3. Princípios Orientadores da Organização e Gestão do Currículo.....	39
7.4.4. Prova de Aptidão Final (PAF)	40
7.4.5. Estágio em Contexto de Trabalho.....	40
7.5. Ensino Básico – Cursos Artísticos Especializados.....	43
8. O ENSINO SECUNDÁRIO	45
8.1. Orientações Específicas para os Cursos Científico-Humanísticos	45
8.2. Orientações Específicas para os Cursos Profissionais	46
8.2.1. A ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS PROFISSIONAIS.....	46
8.2.2. REFERENCIAIS DE FORMAÇÃO.....	46
8.2.3. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO CURRÍCULO.....	47
8.2.4. PROVA DE APTIDÃO PROFISSIONAL (PAP)	47
8.2.5. FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO (FCT)	48
8.3. Matrizes Curriculares dos Cursos Científico-Humanísticos.....	50
8.4. Matrizes Curriculares dos Cursos Artísticos Especializados.....	56

8.4.1. Curso Secundário de Música	56
8.4.2. Curso Secundário de Canto.....	57
8.5. Matrizes Curriculares dos Cursos Profissionais	58
9. CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (EFA)	64
9.1. Planos Curriculares e Referenciais de Formação de Nível Básico.....	66
9.1.1. Referencial de Formação dos Cursos EFA de Nível Básico e de Nível 2 de Qualificação	66
9.2. Planos Curriculares e Referenciais de Formação de Nível Secundário	67
9.2.1. Referencial de Formação dos Cursos EFA de Nível Secundário (Habilitação Escolar) Percursos Formativos S tipos A, B ou C.....	68
9.3. Avaliação e Certificação dos Formandos.....	69
9.3.1. Certificação de Percursos Formativos de Nível Básico (Habilitação Escolar - Níveis de Desenvolvimento B2+B3 e B3)	69
9.3.2. Certificação de Percursos Formativos de Nível Secundário (Habilitação Escolar – Cursos Tipo A, B ou C).....	70
10. GESTÃO DE CURRÍCULOS, ATIVIDADES E RECURSOS EDUCATIVOS	70
10.1. Articulação Vertical do Currículo	70
10.2. Planeamento Curricular de Turma (PCT)	72
10.3. Cidadania e Desenvolvimento	75
10.4. Atividades de Enriquecimento Curricular	77
10.5. Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão.....	79
10.5. Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)	83
10.6. Bibliotecas Escolares (BE)	84
10.7. Medidas Organizativas de Promoção do Sucesso Escolar.....	85
10.7.1. 1º. e 2º. Ciclos	86
10.7.2. 3º Ciclo e Secundário	86
10.7.3. Coadjuvação em Sala de Aula.....	87
10.7.4. Apoio Tutorial	87
10.7.5. Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) do Agrupamento AEGP	89
10.7.6. POLO DO 1º CICLO - Centro Escolar Visconde de São Gião (CEVSG).....	89
10.7.7. POLO DO 2º CICLO E 3º CICLO – Escola Básica Manuel de Figueiredo (EBMF) e POLO DO 3º CICLO E SECUNDÁRIO – Escola Secundária Maria Lamas (ESML)	90
11. AVALIAÇÃO DO PROJETO CURRICULAR DE AGRUPAMENTO.....	93
12. LEGISLAÇÃO DE SUPORTE	93

1. INTRODUÇÃO

O Agrupamento de Escolas Gil Paes recebeu a designação do antigo agrupamento de escolas existente em Torres Novas que, em 2013, se agregou com a Escola Secundária de Maria Lamas.

A sua composição integra as seguintes unidades orgânicas:

Código DGEEC	Código DGAE	Escolas/ Centros Escolares (Pré-escolar e 1.º Ciclo)
1419797	402140	Escola Secundária de Maria Lamas, com 3.º CEB e ES (Escola Sede)
1419229	342087	Escola Ensino Básico de Manuel de Figueiredo, com 2.º e 3.º CEB
1419002	295863	Centro Escolar da Serra de Aire, Pedrógão, Torres Novas (CESA)
1419001	295802	Centro Escolar de Assentis e Chancelaria, Outeiro Grande (CEAC)
1419003	296740	Centro Escolar de Olaia, Paço (CEOP)
1419833	270040	Centro Escolar de Visconde de São Gião (CVSG)
1419965	633975	Jardim de Infância de Tufeiras (JIT)

O Projeto Curricular do Agrupamento (PCA) é um documento de natureza pedagógica, que concretiza a oferta educativa do Agrupamento de Escolas Gil Paes (AEGP).

O PCA lança, igualmente, as linhas de orientação de gestão pedagógica e curricular, definidas nos órgãos próprios, tendo em vista a promoção do desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem mais homogéneo e equitativo, bem como uma maior uniformização dos instrumentos de trabalho a utilizar pelos conselhos de docentes, pelos professores dos Conselhos de Turma/Equipas Educativas e outras estruturas de carácter pedagógico e de supervisão.

Assim, é considerado o currículo nacional que se concretiza no desenvolvimento do currículo de cada disciplina/área curricular, enquadrado pelas respetivas planificações curriculares realizadas no âmbito dos Grupos de Recrutamento/Departamentos Curriculares, nos Critérios Gerais de Avaliação (aprovados pelo Conselho Pedagógico) e nos Critérios Específicos de Avaliação (aprovados pelos Departamentos), no Plano Anual de Atividades (PAA) e Plano Plurianual de Atividades (PPA), ou nas turmas, com o respetivo Planeamento Curricular de Turma (PCT), para o 1º, 2º, 5º, 6º, 7º, 10º e 11º anos, ou com o Projeto Curricular de Turma (PCT), nos restantes anos de escolaridade que ainda não entraram na flexibilidade curricular, determinada pelo Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho.

Com base no PCA, todos os docentes devem procurar as uniões e as conexões de interdisciplinaridade necessárias ao desenvolvimento da sua prática letiva, no âmbito das diversas estruturas em que estão integrados, as quais se encontram plasmadas no PAA ou nos PCT.

Este documento segue o Currículo do Ensino Básico e Secundário (CEBS), iniciativa legal que dá continuidade ao Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC), tornando-o extensivo a todas as escolas do país. O CEBS incorpora muitos dos aspetos do PAFC, mas tem também em consideração a avaliação que foi realizada, nomeadamente pela OCDE e o resultado da discussão pública que se realizou em abril de 2018.

Nessa ótica, na construção de um currículo do século XXI, o Ministério da Educação tem vindo a adotar um conjunto de ações que convergem para o desenvolvimento de aprendizagens de qualidade e que sejam respostas efetivas às necessidades de todos os alunos. Estas ações centram-se na publicação do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que define os princípios de organização do currículo dos ensinos básico e secundário, bem como no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da Educação Inclusiva.

Assim, para responder a uma sociedade cada vez mais exigente, a escolaridade obrigatória deve contemplar a aquisição, em complexidade e profundidade, de conhecimentos científicos, humanísticos e tecnológicos, das capacidades necessárias para aplicar em ação esses conhecimentos e dos valores e atitudes que permitam uma vida em comunidade.

O Agrupamento de Escolas Gil Paes, no presente ano letivo, e dado que no ano 2017/18 não participou na experiência-piloto do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, regulado pelo despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho, iniciou a Flexibilização Curricular, em 2018/2019, em todas as turmas de início de ciclo (1º, 5º, 7º e 10º Anos de escolaridade), dando agora continuidade aos anos subseqüentes.

2. A MISSÃO E AS PRIORIDADES EDUCATIVAS PARA O PROJETO CURRICULAR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GIL PAES (AEGP)

Entende-se a Educação nas vertentes do desenvolvimento pessoal, profissional e cívico dos alunos, ajudando-os a formar um conjunto sólido e diversificado de valores, da autorrealização à consciência cívica do dever de intervenção socialmente solidária.

A Educação assenta, igualmente, no princípio de uma formação integral do aluno, que tenha em conta as áreas do pensamento crítico, das humanidades, da cultura estética e artística, das ciências e tecnologias e da educação do corpo e da prática desportiva, pressupondo uma valorização ao nível das interações de âmbito nacional e internacional.

Para consecução de tão abrangente princípio, torna-se indispensável que, a par de uma efetiva **inclusão**, enquanto garante da equidade no acesso à educação e no cumprimento da escolaridade obrigatória e já um pilar estruturante da ação educativa do agrupamento ainda antes da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, se criem condições de verdadeira **diferenciação pedagógica** para o incentivo, distinção e reconhecimento do **mérito e excelência dos alunos** que se destacam pelo empenho, exemplo cívico, espírito solidário e colaborativo, pelos seus resultados escolares, prestação exemplar nos domínios das expressões artísticas, nos domínios da música, literatura, artes visuais e no âmbito do desporto.

Logo, as principais prioridades para a concretização do PCA, de acordo com a missão definida, irão no sentido de:

- a. Promover aprendizagens de qualidade, no respeito pela inclusão e diversidade de escolhas;
- b. Contribuir para a formação de cidadãos responsáveis, autónomos, solidários, interventivos, criativos, inovadores, críticos, capazes de responder aos desafios colocados pela sociedade da atualidade.

- c. Mobilizar e incentivar a participação de toda a comunidade, numa linha inclusiva, colaborativa, responsável e plural.

Nessa perspetiva, o AEGP pretende dar consistência a percursos de continuidade, através de uma ação educativa direcionada para a realização individual em harmonia com os valores de responsabilidade, confiança, solidariedade, empenho, disciplina e criatividade, condição essencial para um desenvolvimento saudável e harmonioso na sociedade democrática.

Propõe-se, ainda, assegurar uma formação geral aos alunos que proporcione a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões e promova a capacidade de raciocínio, a memória, o sentido crítico, a criatividade, o sentido moral e a sensibilidade estética.

Neste sentido, são assumidos as seguintes linhas de orientação pedagógica e educativa:

- a. Proporcionar **diversidade de oferta educativa**;
- b. Estimular a construção de uma **aprendizagem sólida** ao longo da vida, seja no âmbito do prosseguimento de estudos, seja na vertente profissional;
- c. Implementar uma **cultura de sucesso escolar**, melhorando a qualidade de ensino através da adequação e conformidade das práticas letivas e pedagógicas, de forma a obter melhorias significativas nos resultados escolares dos alunos;
- d. Promover um **ensino diferenciado e inclusivo** adequado às diferentes problemáticas e ou aos diferentes ritmos de aprendizagem, sem descurar o rigor e a qualidade;
- e. Combater a **exclusão e o abandono escolares** através da criação de dispositivos de gestão do currículo destinados a alunos que revelem insucesso escolar repetido, visando assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e a consequente aquisição dos conhecimentos e capacidades exigíveis no final de cada ciclo/nível de ensino;
- f. Promover a **disciplina** fazendo da escola um espaço de convívio agradável em termos de socialização e interação, facilitador do desenvolvimento pessoal dos alunos;
- g. Promover a **educação para a cidadania** na comunidade educativa, valorizando a aquisição de capacidades sociais e atitudes de entreajuda e cooperação; a prática da tolerância e o respeito pela diversidade, reconhecendo-os como valores intrínsecos à construção da personalidade;
- h. Promover o **respeito pelos valores patrimoniais** numa perspetiva histórica, cultural, ecológica e ambiental;
- i. Promover a **educação para a saúde e sexualidade** e incentivar nos alunos hábitos de vida saudáveis;
- j. Promover a valorização da **cultura artística e sensibilidade estética**;
- k. Valorizar o recurso às **Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)** no âmbito das práticas educativas;
- l. Proporcionar e desenvolver a **partilha e o trabalho cooperativo** entre os docentes nas diversas instâncias: departamentos curriculares e grupos disciplinares, conselhos de curso, conselhos de turma, equipas educativas, entre outras;
- m. **Otimizar os espaços** existentes de modo a rentabilizar as potencialidades do agrupamento;
- n. Desenvolver um **clima de satisfação estimulante** e extensivo a todos os intervenientes no processo educativo;

- o. Adequar o **Plano de Formação** de todos os elementos do agrupamento às orientações do Projeto Educativo segundo um plano de ação planificado e participado;
- p. Incentivar a **participação dos Pais, Encarregados de Educação e de outros membros da comunidade escolar** nas atividades do agrupamento;
- q. Estreitar relações e **estabelecer protocolos com entidades locais de referência**.

3. BREVE APRESENTAÇÃO DE DADOS ATUALIZADOS DA POPULAÇÃO ESCOLAR DO AGRUPAMENTO POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Os Centros Escolares são edifícios com ótimas condições. Todos estão equipados com material didático, computadores e quadros interativos. Possuem laboratório, biblioteca, refeitório, ginásio, sala de informática e sala de prolongamento de horário.

Centro Escolar da Serra de Aire (CESA)

O Centro Escolar da Serra de Aire fica situado no Pedrógão. Foi inaugurado há cerca de 7 anos para acolher as crianças das freguesias de Ribeira Branca, Zibreira e Pedrógão.

Este Centro conta com uma população escolar refletida no seguinte quadro.

Centro Escolar da Serra de Aire CESA

Turmas	Alunos	Docentes	Pessoal não docente
2 (pré-escolar)	46	2	10
4 (1º+4º, 2º, 3º)	52	3	

Coordenadora de Estabelecimento: **Maria Odete Lince**



Centro Escolar de Assentis e Chancelaria (CEAC)

O Centro Escolar de Assentis e Chancelaria, situado numa aldeia a 14 Km da cidade de Torres Novas, iniciou a sua atividade há 8 anos, culminando um processo de encerramento de um conjunto de pequenas escolas e Jardins de Infância de duas freguesias do concelho de Torres Novas: a freguesia de Assentis e a freguesia de Chancelaria.

Este Centro conta com uma população escolar que se encontra representada no quadro seguinte

Centro Escolar de Assentis e Chancelaria CEAC

Turmas	Alunos	Docentes	Pessoal não docente
4 (pré-escolar)	68	4	16
7 (1º, 2º, 3º, 4º)	136	8	

Coordenador de Estabelecimento: **Henrique Moita**



Centro Escolar de Olaia e Paço (CEOP)

O Centro Escolar de Olaia e Paço fica situado na Lamarosa e serve as freguesias de Olaia e a freguesia do Paço. Neste momento tem uma população escolar bastante reduzida, com apenas 50 alunos do 1º Ciclo e Educação Pré-Escolar, como se apresenta no quadro seguinte.

Centro Escolar de Olaia e Paço CEOP

Turmas	Alunos	Docentes	Pessoal não docente
1 (pré-escolar)	22	1	4
2 (1º+2º, 3º+4º)	41	2	

Coordenadora de Estabelecimento: **Isabel Soares**



Centro Escolar de Visconde de São Gião

O Centro Escolar de Visconde de São Gião, situado na cidade de Torres Novas, foi objeto de requalificação, tendo a sua inauguração acontecido em 2014. A maior parte dos alunos reside na cidade, existindo apenas um número residual de crianças que se desloca diariamente, em transporte escolar, de aldeias onde as suas escolas foram encerradas nos últimos três ou quatro anos.

Neste Centro Escolar existe a necessidade de substituir os equipamentos informáticos anteriores à requalificação do espaço.

Encontra-se instalada nesta escola uma sala para apoio a alunos com Espectro do Autismo.

Este estabelecimento de ensino conta com uma população escolar da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo, como se apresenta no seguinte quadro.

Centro Escolar Visconde São Gião

Turmas	Alunos	Docentes	Pessoal não docente
1 (pré-escolar)	21	1	13
13 (1º, 2º, 3º, 4º)	260	12	

Coordenadora de Estabelecimento: **Helena Correia Rosa**



Jardim de Infância das Tufeiras

É um estabelecimento apenas com 2 turmas de Pré-Escolar, a funcionar em meio urbano, Bairro das Tufeiras, em Torres Novas.

Neste ano letivo funciona apenas com 44 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos de idade, como se apresenta no quadro.

Jardim de Infância das Tufeiras

Turmas	Alunos	Educadores	Pessoal não docente
2	50	2	5

Responsável de Estabelecimento: **Maria Pilar Gimenez**



Escola Básica Manuel de Figueiredo (EBMF)

2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Escola Básica Manuel de Figueiredo

Turmas	Alunos	Docentes	Pessoal não docente
5º ano – 7 turmas	193	58*	19
6º ano – 8 turmas	146		
7º ano – 5 turmas	115		
8º ano – 5 turmas	118		
9º ano – 5 turmas	91		

*Acréscem 20 docentes com horário misto (MF+ML)

Coordenadora de Estabelecimento: **Filomena Beijocas**



Escola Secundária de Maria Lamas (ESML)

3º Ciclo do Ensino Básico

Ensino Secundário

Escola Secundária de Maria Lamas

Turmas	Alunos	Docentes	Pessoal não docente
7º ano – 2 Turmas	46	61	17
8º ano – 3 Turmas	58		
CEF – operador inf.	14		
9º ano – 2 Turmas	51		
10 AV – 1 Turma	18		
10 CT – 2,5 Turma	64		
10 LH – 1,5 Turma	37		
11 AV – 1 Turma	15		
11 CT – 2,5 Turma	60		
11 LH – 1,5 Turma	41		
12 AV – 1 Turma	18	61	17
12 CT – 2 Turmas	38		
12 LH – 2 Turmas	35		
Profissional de 10º (Receção + Gestão de Equipamentos Informáticos)	24		
Profissional de 11º (Mecatrónica + Gestão e Programação De Equipamentos Informáticos)	21		
Profissional de 12º (Mecatrónica + Gestão de Equipamentos Informáticos)	27		



População Escolar



(Dados referentes a setembro de 2019)

4. PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS DO ANO LETIVO

A **Organização do ano letivo 2019/2020 (OAL)** estabelece as orientações para o presente ano letivo, em particular, para os **Critérios de Constituição de Turmas** e para os **Critérios para a Elaboração dos Horários** dos Alunos e dos Docentes.

Para além de dar cumprimento à legislação em vigor sobre estas matérias, foram definidos procedimentos e práticas que visam a consolidação da organização curricular e escolar, nas escolas do Agrupamento. Para além disso, define ainda os perfis de alguns dos intervenientes no processo educativo, tendo sempre presente que o **trabalho em equipa** dos docentes é a base de um ensino de qualidade.

As opções organizativas e pedagógicas, delineadas nesse documento, tiveram como base os diplomas legais e os documentos estruturantes do Agrupamento, assumindo o Conselho de Turma/Equipa Educativa como o órgão em que se baseia o sucesso de todos e de cada um dos nossos alunos.

Os Diplomas publicados em 6 de julho de 2018 (Decreto-Lei nº 54/2018, Decreto-Lei nº 55/2018 e Despacho Normativo nº 10-B/2018) implicaram alterações organizacionais, sobretudo no que respeita ao Diploma da Educação Inclusiva (DL nº 54/2018), que foram preparadas durante o Verão e início do ano letivo de 2018/19, por ter sido impossível tomar opções definitivas, no final do ano letivo 2017/18, uma vez que não se encontrava constituído o Conselho Pedagógico.

A gestão das matrizes-base do 1º ao 12º Anos de escolaridade, inerente à aplicação do DL nº 55/2018, de 6 de julho, apresentada no presente documento, decorre da aprovação dos princípios organizativos do ano letivo, em sede de Conselho Pedagógico, realizado em 17 de julho de 2019.

Para desenvolvimento dos Domínios de Autonomia Curricular (DAC), áreas de confluência de trabalho interdisciplinar e ou de articulação curricular, desenvolvidas a partir da matriz curricular-base de uma oferta educativa e formativa, foi também aprovado, nesse Conselho Pedagógico, o tema **PARA LÁ DAS MURALHAS; crítica e criatividade**, que tem por desígnio desenvolver nos alunos competências que lhes permitam questionar os saberes, integrar conhecimentos, comunicar de forma eficiente e resolver problemas complexos.

4.1. Calendário Escolar e Horários de Funcionamento

O calendário de funcionamento das atividades educativas e letivas dos estabelecimentos públicos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário é o constante no seguinte quadro e segue o estipulado no Despacho n.º 5734-A/2019, de 18 de junho.

	Início	Término
1.º Período	Entre 10 e 13 de setembro de 2019	17 de dezembro de 2019
2.º Período	6 de janeiro de 2020	27 de março de 2020
3.º Período	14 de abril de 2020	4, 9 ou 19 de junho de 2020
Interrupção letiva do Carnaval	De 24 a 26 de fevereiro	

Quanto aos horários de funcionamento, o AEGP funciona em regime diurno, sem desdobramento.

Os limites dos horários de funcionamento para a concretização da componente letiva, tendo em consideração o que está definido no Regulamento Interno e o respetivo enquadramento legal, constam do quadro seguinte.

Horários de Funcionamento (Limites para a concretização da componente letiva)	
Nível de Ensino	Horário
Pré-Escolar	Período da manhã: 9h00 – 12h00 Período da tarde: 13h30 – 15h30
1.º Ciclo do Ensino Básico	Período da manhã: 9h00 – 12h30 Intervalo da manhã: das 10h30 às 11h00 Período da tarde: 14h00 – 15h30 Intervalo da tarde: das 15h30 às 15h40
2.º Ciclo e 3.º Ciclo do Ensino Básico	Período da manhã: 8h30 – 13h20 Período da tarde: 13h30 – 17h20
Ensino Secundário e Cursos Profissionais	Período da manhã: 8h30 – 13h20 Período da tarde: 13h30 – 18h15
	Limite máximo entre turnos: 2 tempos

4.2. Constituição de Turmas

Na constituição das turmas prevalecem critérios de natureza pedagógica definidos no Projeto Educativo e no Regulamento Interno do estabelecimento de educação e de ensino, competindo à Diretora aplicá-los no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes e no respeito pela legislação em vigor:

A constituição das turmas, nas Escolas do Agrupamento, respeita os seguintes critérios:

- Critérios legais;
- Equilíbrio entre minorias e géneros;
- Inscrição em Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC);
- Indicações fornecidas pelos Conselhos de Turma/Conselhos de Docentes ou outras estruturas;
- Distribuição equitativa dos alunos retidos pelas turmas.
- Distribuição dos alunos com medidas selectivas e/ou adicionais.

Na constituição das turmas é respeitada a heterogeneidade das crianças e jovens, podendo, no entanto, a Diretora, após ouvir o Conselho Pedagógico, atender a outros critérios que sejam determinantes para a promoção do sucesso e para a redução do abandono escolar.

Na transição da Escola Manuel de Figueiredo para a Escola Maria Lamas, dos alunos do 6º para o 7º ano de escolaridades, reserva-se a prioridade para a permanência da Escola Manuel de Figueiredo:

- Alunos com problemas de saúde e alunos com Necessidades Educativas e acompanhamento da Educação Especial ou/e Psicóloga desta escola;
- Alunos com irmãos já a frequentar a mesma escola em anos letivos anteriores;
- Alunos com pais a trabalhar na Escola Manuel de Figueiredo;

Na transferência de alunos do 6º para o 7º ano para frequentar a Escola Maria Lamas será garantida a transferência de alunos em grupo, de preferência grupo-turma, para facilitar a sua integração.

A preocupação com o cumprimento rigoroso dos critérios de constituição de turmas permite a criação de grupos de trabalho equilibrados.

Critérios Específicos para a Educação Pré-Escolar

Na Educação Pré-Escolar, sempre que possível, devem constituir-se grupos-turma dando continuidade ao grupo-turma do ano letivo anterior, tendo em conta o perfil e as necessidades das crianças e o número de anos de frequência no Jardim-de-infância.

Os grupos são constituídos por um mínimo de 20 e um máximo de 25 crianças, não podendo ultrapassar este limite. No caso de integrarem alunos com necessidades educativas e desde que o seu RTP o preveja e o respetivo grau de funcionalidade o justifique, estas turmas são constituídas por 20 crianças, não podendo incluir mais de 2 crianças nestas condições e desde que o acompanhamento e permanência destas crianças no grupo seja em pelo menos 60 % do tempo curricular.

Critérios Específicos para o 1.º Ciclo do Ensino Básico

Respeitando o Despacho Normativo nº 10-A/2018, de 19 de junho, as turmas do 1º Ano são constituídas por 24 alunos e, nos demais anos do 1º Ciclo do Ensino Básico, são constituídas por 26 alunos, não devendo ultrapassar este limite. As turmas do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB), do 1º ano, que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade, são constituídas por 22 alunos.

As turmas são constituídas por 20 alunos, sempre que no relatório técnico-pedagógico, segundo o DL 54/2018, de 6 de julho, seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração do aluno em turma reduzida, não podendo esta incluir mais de dois alunos nestas condições.

A redução das turmas prevista no número anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destes alunos na turma em pelo menos 60 % do tempo curricular.

As turmas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, do 2º, 3º e 4º Anos são constituídas por 26 alunos, não devendo ultrapassar esse limite.

Um aluno retido no 1.º, 2.º ou 3.º Anos de escolaridade pode integrar a turma a que pertencia por decisão da diretora, sob proposta do professor titular de turma.

Os alunos retidos devem ser distribuídos pelas diferentes turmas, tendo em conta as sugestões do professor titular de turma, do professor de Educação Especial, se necessário, registadas e fundamentadas em ata do Conselho de Docentes.

Nas escolas com 2 turmas devem constituir-se grupos por nível de escolaridade (primeiro com segundo ano e terceiro com quarto). As turmas deverão ser constituídas, se possível, por alunos de nível etário semelhante.

No 1º Ano de escolaridade as turmas deverão ser heterogêneas, tendo em conta o género e a proveniência dos alunos, não devendo ficar alunos isolados do grupo de origem.

CrITÉrios EspecÍficos para o 2.º e o 3.º Ciclos do Ensino Básico

De acordo com o Despacho Normativo nº 10-A/2018, de 19 de junho, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 16/2019, de 4 de junho, as turmas de 9º ano são constituídas por um número mínimo de 26 alunos e um máximo de 30 alunos. As turmas dos 5º, 6º, 7º e 8º anos terão o mínimo de 24 e o máximo de 28 alunos.

As turmas, no ensino básico são constituídas por 20 alunos, sempre que no relatório técnico-pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração do aluno em turma reduzida, não podendo esta incluir mais de dois nestas condições.

A redução das turmas prevista no parágrafo anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destes alunos na turma em pelo menos 60 % do tempo curricular.

Sempre que possível, as turmas deverão ser constituídas pelo número mínimo legalmente previsto permitindo um ensino mais individualizado.

Na constituição das turmas de 5.º Ano serão considerados níveis etários próximos e número equilibrado quanto ao género.

Na mudança de ciclo, do 4º para o 5º Ano de escolaridade, o grupo de alunos de cada uma das turmas do 4º Ano mantém-se e deve atender-se às indicações pedagógicas fornecidas pelo professor do 1º Ciclo (parecer do professor titular de turma) e/ou Psicólogo e os pedidos formais apresentados pelos Encarregados de Educação.

Os alunos retidos serão distribuídos pelas diferentes turmas atendendo às sugestões referidas em ata pelo conselho de turma do ano anterior.

Os alunos com comportamentos desajustados, registados nas atas de Conselho de Turma devem ser separados e colocados em turmas diferentes, sempre que possível, de acordo com as orientações fornecidas pelo Conselho de Turma anterior.

No 5º ano procurar-se-á criar equipas pedagógicas comuns em cada par de turmas para facilitar o trabalho de articulação curricular entre os professores, reduzir o número de níveis a lecionar e permitir uma melhor gestão de tempo para trabalho colaborativo .

Na mudança de ciclo do 6º para o 7º Ano de escolaridade todas as turmas serão constituídas de acordo com a disciplina de oferta de escola e da disciplina de língua estrangeira.

No 6º, no 8º e no 9º Anos dar-se-á continuidade pedagógica, sempre que possível e salvaguardando a experiência pedagógica de criação de equipas educativas para as turmas do 5º ano.

Todas as situações de não continuidade de alunos nas turmas de origem deverão ser esclarecidas aos Encarregados de Educação, caso estes o solicitem.

No 7º e no 8º Anos de escolaridade, o número mínimo para a abertura de uma disciplina de opção do conjunto das disciplinas que integram as de oferta de escola é de 20 alunos.

Os alunos irmãos, salvo recomendação em contrário, devem ser colocados na mesma turma.

Deverão ser colocados na mesma turma, alunos vindos do estrangeiro com dificuldades especiais em Língua Portuguesa, a fim de facilitar a prestação do apoio pedagógico previsto.

O conceito de grupo de homogeneidade relativa, como critério para a organização das turmas, deixa de ser considerado, uma vez que todos os alunos, à partida, estão abrangidos pelas medidas universais de suporte à aprendizagem e à inclusão. Entenda-se que medidas de suporte à aprendizagem e inclusão constituem um contínuo integrado de intervenções ao serviço de todos os alunos, sendo estas orientadas para a aprendizagem por referência ao currículo.

Serão tomadas em consideração as indicações escritas dos Conselhos de Turma, no 2º e 3º Ciclos, e dos Encarregados de Educação, desde que estas não contrariem as normas estipuladas e os critérios de natureza pedagógica.

As turmas de Educação Moral e Religiosa Católica são constituídas com o número mínimo de 10 alunos e, sempre que necessário, integram alunos provenientes de diversas turmas do mesmo ano de escolaridade.

No 2º e no 3º Ciclos, por solicitação da autoridade religiosa dirigida ao membro do Governo responsável pela área da educação, podem ser constituídas turmas de Educação Moral e Religiosa Católica com alunos provenientes dos diversos anos que integram o mesmo ciclo de escolaridade.

As turmas com ensino articulado de música, sempre que for possível, só devem incluir alunos a frequentar o ensino articulado; se tal não for possível, os alunos restantes incluem uma turma mista.

Para toda e qualquer situação omissa nestas orientações prevaleceu a decisão da Diretora.

Critérios Específicos para o Ensino Secundário

De acordo com o Despacho-Normativo 10-A/2018, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 16/2019, de 4 de junho, o número mínimo para a abertura de uma turma nos cursos Científico--Humanísticos é de 24 alunos e o número máximo de 28, para o 10º ano.

No 11º e no 12º anos o número mínimo para abertura é de 26 e o número máximo é de 30 alunos. O Conselho Pedagógico, perante situações excecionais e fundamentadas, poderá autorizar o funcionamento das turmas com um número superior.

No 10º ano dos cursos Científico-Humanísticos, as turmas com alunos redutores do número de alunos, com condições previstas nos RTP que o exijam, não terão mais de 24 alunos. Em cada turma não deverão ser incluídos mais de 2 alunos nestas condições.

Nos Cursos Profissionais, no 1º ano, as turmas são constituídas por um número mínimo de 22 alunos e o máximo de 28 alunos. Nos 2º e 3º anos as turmas serão constituídas por um mínimo de 24 e um máximo de 30 alunos.

Nos Cursos Profissionais, as turmas são constituídas por 20 alunos, sempre que no relatório técnico-pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração do aluno em turma reduzida, não podendo esta incluir mais de dois nestas condições.

O número mínimo para abertura de disciplinas de opção é de 20 alunos, pelo que se contemplarão as opções em que se registre um maior número de alunos inscritos, não sendo possível assegurar todas as opções pretendidas pelos alunos pela condicionante do número mínimo. A abertura de disciplinas de opção com número inferior a 20 alunos carece de autorização superior.

Sempre que possível, em termos de elaboração de horários, respondendo aos interesses dos alunos, uma opção de um curso pode funcionar conjuntamente com a mesma opção de outro curso e de uma turma com outra turma. Esta situação nunca implicará furos nos horários para os alunos, nem aumento da sua carga horária, embora o professor passe a pertencer a mais do que um Conselho de Turma.

Esta situação prevê-se para as disciplinas de:

- Psicologia de 12º Ano, nos Cursos de Línguas e Humanidades e Ciências e Tecnologias;
- Aplicações de Informática, nos Cursos de Línguas e Humanidades e Ciências e Tecnologias;
- Geometria Descritiva, de 10º e 11º Anos, nos Cursos de Artes Visuais e Ciências e Tecnologias;
- Línguas Estrangeiras, da Formação Geral, nos três cursos Científico-Humanísticos oferecidos;
- Ciência Política, no Curso de Línguas e Humanidades.

A necessidade de reservar mais tempo para reforço de aprendizagens lecionadas e não realizadas tem de ser colmatada pela via do apoio educativo a alunos. Estes apoios carecem de informação aos Encarregados de Educação e autorização/compromisso de frequência. Os apoios dependem do limite de crédito horário autorizado para o Agrupamento e da disponibilidade decorrente da componente não letiva do horário dos docentes.

De acordo com a possibilidade dos limites do crédito horário do agrupamento, deverá ser considerado o desdobramento das turmas num tempo em Português/Matemática para o 7º ano e em todos os outros do 3º ciclo, quando possível.

No Secundário, o mesmo deve suceder com o desdobramento de um tempo em Língua Estrangeira/Português da Formação Geral, conforme previsto no ponto 6, do artigo 13º, do Despacho Normativo nº 10-B/2018, de 6 de julho, para o desenvolvimento da componente da oralidade.

De acordo com a disponibilidade do crédito global do agrupamento e do tempo disponível, considerando a componente não letiva, deve ser prevista a criação de uma bolsa de professores com disponibilidade para apoio a alunos na preparação para os exames nacionais. Esta bolsa deve ser constituída por professores que lecionam os anos terminais com exames nacionais, prestando apoio a todos os alunos e não apenas aos seus alunos, numa perspetiva de desenvolvimento/reforço das aprendizagens, com a designação de Dinâmicas de Apoio à Aprendizagem (DAA) e Dinâmicas de Reforço à Aprendizagem (DRA).

A distribuição dos tempos de Francês e Espanhol da Formação Específica de Línguas e Humanidades será efetuada em segmentos de 2+2+2 tempos, à semelhança de MACS e Geografia A.

Nas Línguas Estrangeiras da Formação Geral, do Ensino Secundário, os 3 tempos devem distribuir-se da seguinte forma: 1+1+1.

Na disciplina de Filosofia mantém-se a proposta de distribuição dos tempos letivos em 1+1+1.

Apenas se compatibilizarão horários de anos distintos para permitir a inscrição em disciplinas em atraso, se não implicar furos nos horários dos alunos das turmas em questão nem prejuízo para qualquer aluno.

Exceções na Constituição de Turmas

No Ensino Básico e Secundário, as turmas dos anos sequenciais, bem como das disciplinas de continuidade obrigatória, podem funcionar com um número de alunos inferior ao estabelecido no início do seu funcionamento, no ano inicial de ciclo, desde que se trate de assegurar o prosseguimento de estudos aos alunos que, no ano letivo anterior, frequentaram a escola com aproveitamento e tendo sempre em consideração que cada turma ou disciplina só pode funcionar com qualquer número de alunos quando for única.

A constituição ou a continuidade, a título excecional, de turmas com número inferior ao estabelecido carece de autorização dos serviços territorialmente competentes (DGEstE), mediante análise de proposta fundamentada da diretora.

A constituição ou a continuidade, a título excecional, de turmas com número superior ao estabelecido carece de autorização do Conselho Pedagógico.

A constituição de turmas com mais de 2 alunos redutores do número de alunos por turma, considerando o disposto no Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, ultrapassando-se o limite de 20 alunos, pode acontecer desde que o Conselho Pedagógico delibere favoravelmente.

4.3. Critérios de Elaboração de Horário dos Alunos

1. Concentrar as disciplinas teóricas na parte da manhã.
2. No 1º Ciclo, as Expressões serão distribuídas pelas últimas horas da tarde, bem como a disciplina de oferta complementar.
3. Nas disciplinas teóricas que tenham dois ou mais tempos separados não devem ser muito espaçados (2ª e 6ª por exemplo).
4. A disciplina de Matemática do 3º Ciclo deverá ter a sua carga horária distribuída da seguinte forma: dois blocos de 50 minutos seguidos com intervalo a meio e dois tempos de 50 minutos. Separados. Se a carga horária em qualquer ano for de 5 tempos a distribuição será igual ao 2º Ciclo.
5. A disciplina de Português do 3º Ciclo deverá ter a sua carga horária distribuída da seguinte forma: dois blocos de 50 minutos seguidos, com intervalo a meio, e dois tempos de 50 m. Separados. Se a carga horária em qualquer ano for de 5 tempos a distribuição será 100 min+50+50+50.
6. Fixar as salas aos alunos do 5º Ano e a alunos com problemas devidamente comprovados.
7. Manter as salas específicas na turma, sempre que possível.
8. A disciplina de Matemática deverá ter um dos tempos na sala específica que possui o material pedagógico da disciplina;
9. A disciplina de Matemática do 2º Ciclo deverá ter a sua carga horária distribuída da seguinte forma: 2 tempos de 50 minutos seguidos com intervalo a meio, duas vezes por semana e um tempo de 50 minutos separado, em dias não consecutivos.
10. A disciplina de Português do 2º Ciclo deverá ter a sua carga horária distribuída da seguinte forma: 2 tempos de 50 minutos seguidos com intervalo a meio, duas vezes por semana e um tempo de 50 minutos separado, em dias não consecutivos.
11. A disciplina de Educação Musical (2º Ciclo) decorre em dois tempos de 50 minutos em dias não consecutivos.
12. A disciplina de Línguas Estrangeiras (2º e 3º Ciclos) – em três tempos de 50 minutos não consecutivos.
13. A disciplina de História e Geografia de Portugal (HGP) e História (2º e 3º Ciclo) decorre em tempos de 50 minutos separados em dias não consecutivos, sempre que possível.
14. A disciplina de HGP dos 5º Anos tem 2,5 e Português tem 4,5. Uma vez que cada disciplina tem semanalmente 25 minutos, para além das unidades de 50 minutos, estes são geridos numa organização quinzenal, permitida pela aplicação da flexibilidade curricular, prevista no DL nº 55 /2018, de 6 de julho. Assim, numa semana, Português terá 5 tempos e HGP terá 2; na semana seguinte, Português terá 4 e HGP terá 3 tempos. Se o crédito permitir, nas disciplinas em que não for o mesmo professor, o tempo de HGP e Português poderá ser utilizado para parceria em sala de aula, alternando a leção entre as duas disciplinas, em trabalho colaborativo e de intervenção.
15. A disciplina de Educação Visual (EV) (2º e 3º Ciclo) decorre em dois tempos de 50 minutos consecutivos. No caso do 7º Ano os tempos não são consecutivos (1+1).
16. A disciplina de Educação Física (EF) (2º Ciclo) decorre em dois tempos de 50 minutos consecutivos e um tempo de 50 minutos num dia não consecutivo (2+1).

17. A disciplina de Educação Tecnológica (ET) (2º e 3º Ciclo) decorre em dois tempos de 50 minutos consecutivos (1+1).
18. A disciplina de EF (9º Ano) decorre em dois tempos consecutivos de 50 minutos (1+1).
19. A disciplina de Oferta Complementar deve fazer parte dos horários de todas as turmas do 2º e 3º Ciclos e deve ser preferencialmente atribuída ao DT, se possível.
20. As aulas práticas de EF só poderão iniciar-se uma hora depois de findo o período definido para almoço no horário do respetivo grupo/turma.
21. O horário de funcionamento do Desporto Escolar, Clubes e Projetos será definido de acordo com a disponibilidade dos alunos, das instalações e dos horários dos professores.
22. A atribuição de salas a turmas que integrem alunos com dificuldades de mobilidade é prioritária.
23. A componente curricular de Apoio ao Estudo (2º Ciclo) de 100 minutos, sendo facultativa para os alunos, decorre, sempre que possível, em turno contrário ao do horário da turma, de modo a não implicar tempos letivos desocupados para os alunos.
24. No horário de cada turma dos 2º e 3º Ciclos, não poderão ocorrer períodos desocupados, exceto aqueles destinados ao almoço e, eventualmente, a apoios, tutorias ou à não frequência de uma disciplina pela totalidade dos alunos.
25. As disciplinas da área das Expressões deverão ser colocadas no turno contrário ao da maioria da carga letiva da turma.
26. No 2º e no 3º Ciclos, sempre que as atividades escolares decorram nos períodos da manhã e da tarde, o intervalo do almoço é no máximo dois tempos letivos.
27. Tanto quanto possível, evitar-se-á que haja tempos letivos desocupados em resultado da não frequência de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC) pela totalidade dos alunos. A hora a disciplina de EMRC não deve ficar no turno da tarde isolada, sem outras disciplinas no mesmo turno.
28. No caso das disciplinas com 2 tempos semanais, estes não deverão ficar em dias seguidos da semana ou apenas no turno da tarde, se possível.
29. No caso em que uma turma tenha os 3 tempos distribuídos por 2 dias da semana, estes não devem ser consecutivos, se possível.
30. Em Educação Física, na Escola Manuel de Figueiredo elaborar horários coincidentes nas aulas de 2t em 2 turmas do mesmo nível de ensino para os docentes promoverem experiências pedagógicas com os alunos.
31. As aulas de EF, lecionadas por professores com Grupo Equipa do Desporto Escolar não devem estar no horário depois das 11h30 de quarta-feira, para possibilitar o acompanhamento dos alunos nas competições obrigatórias;
32. As aulas de EF, na Escola Maria Lamas, não deverão prolongar-se para lá das 16h20 devido à falta de condições (instalações insuficientes, iluminação insuficiente nos campos exteriores no inverno, degradação de material, etc.) e possibilitar o desenvolvimento de projetos com o 1º ciclo, após essa hora.
33. Inglês de 3º ciclo deve ser lecionado por professores diferentes, para que as turmas possam ter Inglês no mesmo horário, possibilitando o funcionamento da disciplina na lógica da Turma +, dependendo da possibilidade em termos de crédito horário.
34. A Matemática do 9º Ano passa a ter apenas 1 aula de 100 minutos, sendo as restantes 3 aulas de 50 minutos (100+50+50+50)

Algumas especificidades do Ensino Secundário

1. A disciplina de Inglês deve funcionar em blocos de 50 minutos não consecutivos, com 3 tempos e com a distribuição 1+1+1. Sempre que possível um dos tempos deve ser desdobrado com Português, para o desenvolvimento da componente da oralidade.
2. As disciplinas sujeitas a avaliação externa devem ter prioridade na atribuição dos apoios logo a partir do 10º Ano.
3. As aulas de EMRC não devem ser coincidentes com as DAA/DRA ou reuniões de Conselho de Turma.
4. Nas matrizes curriculares, no 10.º e 11.º anos, a disciplina de Português deverá ter cinco tempos para os alunos (1 tempo da carga horária semanal é desdobrado). Num tempo, a turma está dividida com a língua estrangeira, para o desenvolvimento da componente da oralidade.
5. Nas disciplinas de Biologia e Geologia e de Físico-Química de 10º e 11º anos, o desdobramento das turmas em turnos deve ser em dias consecutivos, se possível;
6. Coadjuvação nas disciplinas de Formação Sociocultural e científica, das turmas mistas dos cursos profissionais, nomeadamente na disciplina de TIC, dependendo do crédito horário.
7. Nos cursos profissionais, numa disciplina da formação técnica de 12º ano, atribuir uma coadjuvação por um docente da mesma área, para desenvolvimento dos PAP.

Desdobramento das aulas no 3º Ciclo

Desdobram as turmas de 3º Ciclo, em Físico-Química e Ciências Naturais, desde que sejam constituídas por 20 ou mais alunos, exclusivamente para a realização de trabalho prático ou experimental, no tempo correspondente a um máximo de 100 minutos.

Semanalmente as turmas terão um tempo de 50 minutos em cada uma das disciplinas com metade dos alunos da turma para atividade experimental e dois tempos de 50 minutos para leção da disciplina com a turma inteira.

Quando a turma se divide em 2 turnos numa disciplina, dessa situação não poderá ocorrer nenhum período desocupado para qualquer deles.

Desdobramento no Ensino Secundário

(Segue o estipulado no artigo 14º, do Despacho Normativo nº 10-B/2018, de 6 de julho).

4.4. Distribuição de Serviço Docente

A distribuição do serviço docente tem por finalidade assegurar o serviço letivo decorrente das horas letivas dos grupos e turmas existentes no Agrupamento e garantir as condições para a implementação das medidas de promoção do sucesso educativo ou outras atividades que promovam a formação integral dos alunos.

O Despacho Normativo n.º 10-B/2018, de 6 de julho, estabelece as normas relativas à distribuição de serviço docente.

1. Os critérios em que assenta a distribuição do serviço são definidos pelo diretor e visam a gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis.
2. A componente letiva a constar no horário semanal de cada docente encontra-se fixada no artigo 77.º do Estatuto da Carreira Docente (ECD), considerando-se que está completa quando totalizar 25 horas semanais, no caso do pessoal docente da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, ou 22 horas semanais (1100 minutos), no caso do pessoal dos restantes ciclos e níveis de ensino, incluindo a educação especial.
3. Nos termos do artigo 79.º do ECD, a componente letiva do trabalho semanal a que estão obrigados os docentes dos 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e da educação especial é reduzida em 2, 4 ou 8 horas, consoante a idade e o tempo de serviço.
4. A componente não letiva do serviço docente encontra-se definida no artigo 82.º do ECD e abrange a realização de trabalho individual e a prestação de trabalho na escola.
5. O diretor estabelece o tempo de 2 tempos semanais, a incluir na componente não letiva de estabelecimento de cada docente, de modo a que, nos termos do n.º 4 do artigo 82.º do ECD:
 - a) Fiquem asseguradas as necessidades de acompanhamento pedagógico e disciplinar dos alunos;
 - b) Sejam realizadas as atividades educativas que se mostrem necessárias à plena ocupação dos alunos durante o período de permanência no estabelecimento escolar;
 - c) Sejam asseguradas as atividades atribuídas à Equipa TIC.
6. Compete à diretora distribuir o serviço docente, nos termos da alínea d) do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.
7. A diretora deve elaborar, por grupo de recrutamento, uma lista única, ordenando os docentes do respetivo grupo, tendo em conta o previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio.
8. A distribuição de serviço concretiza-se com a entrega de um horário semanal a cada docente da Educação Pré-Escolar, do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, do Ensino Secundário e do Grupo de Recrutamento 910 - Educação Especial, no início do ano letivo ou no início da sua atividade, sempre que esta não coincida com o início do ano letivo.
9. Os critérios subjacentes à distribuição do serviço docente visam a gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis, tanto na adaptação aos fins educativos a que se destinam como na otimização do potencial de formação de cada um dos docentes.

10. Os docentes podem, independentemente do grupo pelo qual foram recrutados, lecionar outra disciplina ou unidade de formação do mesmo ou de diferente ciclo ou nível de ensino, desde que sejam titulares da adequada formação científica e certificação de idoneidade nos casos em que esta é requerida.
11. O serviço docente não deve ser distribuído por mais de dois turnos por dia.
12. Excetua-se do previsto no número anterior a participação em reuniões de natureza pedagógica convocadas nos termos legais, quando as condições da escola assim o exigirem.
13. A Diretora garante, através dos meios adequados, o controlo da pontualidade e da assiduidade de todo o serviço docente registado no horário, nos termos do n.º 3 do artigo 76.º do ECD.
14. Com vista a melhorar a qualidade da aprendizagem, a diretora gere os seus recursos de forma a implementar as medidas previstas na legislação em vigor que melhor se adaptem aos objetivos definidos, designadamente:
 - a) A coadjuvação, quando necessária, em qualquer disciplina do 1.º Ciclo, com maior relevo para Português e Matemática, por parte de professores do mesmo ou de outro ciclo e nível de ensino pertencentes à escola, de forma a colmatar as primeiras dificuldades de aprendizagem que sejam identificadas;
 - b) A coadjuvação em qualquer disciplina do 2.º e do 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário entre os docentes a exercer funções na escola, quando necessária.
15. Na distribuição do serviço docente deve ter-se em conta o tempo necessário para que os professores das disciplinas com provas a nível nacional que decorrem durante o período letivo realizem todas as tarefas inerentes à execução do trabalho de classificação de provas de avaliação externa.
16. O serviço letivo resultante dos grupos e turmas existentes na escola tem prioridade sobre qualquer outro para efeitos do preenchimento da componente letiva a que cada docente está obrigado pelo disposto nos artigos 77.º e 79.º do ECD.
17. A componente letiva de cada docente de carreira tem de estar completa, não podendo, em caso algum, conter qualquer tempo de insuficiência.
18. A distribuição de serviço da componente não letiva de estabelecimento fica a cargo da Diretora do Agrupamento, de acordo com as necessidades dos alunos, das atividades previstas no Plano Anual de Atividades do Agrupamento e das necessidades das Bibliotecas Escolares, de acordo com o definido no Regulamento Interno do Agrupamento, com o conteúdo do Despacho Normativo de Organização do Ano Letivo e demais legislação em vigor.
19. A componente não letiva deve integrar o trabalho de mobilização de medidas de suporte à aprendizagem que resultem da identificação de necessidades específicas de acesso às aprendizagens curriculares levada a cabo pela equipa de docentes da turma.
20. Preferencialmente, as horas a incluir na componente não letiva de estabelecimento de cada docente, de entre as previstas no n.º 3 do artigo 82.º do ECD ou outras aprovadas pelo Conselho Pedagógico ou consagradas na legislação em vigor, serão as seguintes:
 - a) A colaboração em atividades de complemento curricular que visem promover o enriquecimento cultural e a inserção dos educandos na comunidade;
 - b) A informação e orientação educacional dos alunos em colaboração com as famílias e com as estruturas escolares locais e regionais;
 - c) A participação em reuniões de natureza pedagógica legalmente convocadas nomeadamente as que promovam o desenvolvimento de trabalho colaborativo;

- d) A participação, devidamente autorizada, quer em articulação com o centro de formação da associação de escolas, quer por iniciativa do docente, em ações de formação contínua que incidam sobre conteúdos de natureza científico -didática com ligação à matéria curricular lecionada, bem como as relacionadas com as necessidades de funcionamento da escola de acordo com o seu plano de formação, e as que promovam um efetivo trabalho colaborativo entre docentes;
 - e) A substituição de outros docentes do mesmo agrupamento de escolas ou escola não agrupada na situação de ausência de curta duração;
 - f) A realização de estudos e de trabalhos de investigação que entre outros objetivos visem contribuir para a promoção do sucesso escolar e educativo;
 - g) A assessoria técnico-pedagógica de órgãos de administração e gestão da escola ou agrupamento;
 - h) O acompanhamento e apoio aos docentes em período probatório;
 - i) O desempenho de outros cargos de coordenação pedagógica;
 - j) O acompanhamento e a supervisão das atividades de enriquecimento e complemento curricular;
 - l) A orientação e o acompanhamento dos alunos nos diferentes espaços escolares;
 - m) O apoio individual a alunos com dificuldades de aprendizagem;
 - n) A produção de materiais pedagógicos.
- 21.** Da aplicação das medidas previstas nos números anteriores não podem resultar horas para contratação de docentes.
- 22.** A eventual atribuição de serviço docente extraordinário, nos termos definidos no artigo 83.º do ECD, visa dar resposta a situações ocorridas no decurso do ano letivo, para as quais seja insuficiente a aplicação de algum dos mecanismos previstos no n.º 7 do artigo 82.º do ECD, no que às ausências de curta duração diz respeito e sem prejuízo do disposto no n.º 7 do artigo 83.º do ECD.
- 23.** Sempre que num grupo de recrutamento se verifique a necessidade de afetação ou de reafetação de horas letivas resultantes, designadamente, de impedimentos temporários de professores, serão as mesmas distribuídas, quando possível, a docentes em serviço na escola.
- 24.** Na definição das disciplinas de Oferta de Escola ou de Oferta Complementar deve ser assegurada uma gestão racional e eficiente dos recursos docentes existentes na escola, designadamente dos professores de carreira afetos a disciplinas ou grupos de recrutamento com ausência ou reduzido número de horas de componente letiva.
- 25.** A Diretora constitui a Equipa TIC em função das necessidades e dos recursos disponíveis.
- 26.** As atividades de manutenção e gestão dos recursos tecnológicos e a programação e desenvolvimento de atividades educativas que os envolvam são consideradas como atividade letiva aquando da distribuição do serviço aos docentes de carreira desde que existam horas de crédito horário atribuído ao Agrupamento de acordo com o ponto 2 do artigo 10º, alínea d) do Despacho Normativo nº 10-B/2018, de 6 de julho
- 27.** Deve ter-se especial atenção à constituição das equipas educativas que lecionam os anos de início de ciclo numa perspetiva de acompanhamento mais eficaz e profícuo, uma vez que se manterão ao longo de todo o ciclo, sempre que possível, numa lógica de continuidade.
- 28.** Deverá evitar-se a atribuição de diferentes cargos de supervisão ao mesmo docente.
- 29.** A componente não letiva individual compreende a realização do trabalho de preparação e avaliação das atividades educativas realizadas pelo docente, bem como a elaboração de estudos e de trabalhos de investigação de natureza pedagógica ou científico-pedagógica.

30. Desde que exista orçamento e o Conselho Geral aprove, será criada uma assessoria técnica, na área da informática, que possa responder à manutenção dos programas existentes no Agrupamento (SIEGE, INOVAR+, MOODLE, JPM ABREU).
31. O horário de cada docente distribui-se por cinco dias úteis de trabalho, de segunda a sexta-feira.
32. A redução da componente letiva do horário de trabalho a que o docente tenha direito, nos termos do artigo 79.º do ECD, determina o acréscimo correspondente da componente não letiva a nível de estabelecimento de ensino, mantendo-se a obrigatoriedade de prestação pelo docente de trinta e cinco horas de serviço semanal.
33. Convergência na constituição dos conselhos de turma, isto é, o mesmo grupo de docentes ser comum a, pelo menos, duas a três turmas do mesmo nível de escolaridade; no caso das disciplinas de Português/História e Geografia de Portugal e Matemática/Ciências Naturais, propõe-se que a lecionação seja atribuída, na mesma turma, ao mesmo professor.
34. Registrar um tempo comum de articulação curricular (RAC), nos horários de todos os docentes da disciplina de Francês, uma vez que a experiência no presente ano letivo se revelou muito pouco funcional, (à mesma hora tinham o tempo de Português, impedindo que participassem no de Francês).

4.5. Critérios de Nomeação de Diretores de Turma

O Diretor de Turma é designado pela Diretora, de entre os professores da turma, preferencialmente com experiência de exercício do cargo.

O Diretor de Turma é obrigatoriamente professor da turma, preferencialmente de uma disciplina que frequentem todos os alunos.

Para o exercício das funções de Direção de Turma, o Agrupamento gere quatro tempos de 50 minutos semanais, a repartir entre a componente não letiva e as horas resultantes do crédito horário, garantindo neste um mínimo de dois tempos de 50 minutos.

Sem prejuízo do disposto no número anterior, até dois destes tempos podem ser atribuídas a outro docente do Conselho de Turma que seja responsável pelo acompanhamento dos alunos da turma.

As funções de direção de turma são as consignadas na alínea b) do ponto 2 do artigo 10º do Despacho Normativo nº 10-B/2018:

- i) Assegurar o planeamento conjunto da lecionação dos conteúdos curriculares das diferentes disciplinas, promovendo a interdisciplinaridade e uma eficaz articulação curricular;
- ii) Coordenar o processo de avaliação formativa das aprendizagens, garantindo a sua regularidade e diversidade;
- iii) Promover, orientar e monitorizar a conceção e implementação de medidas que garantam o sucesso escolar de todos os alunos;
- iv) Apoiar a integração dos alunos na escola e o acesso às diferentes ofertas por esta promovida;

- v) Desenvolver iniciativas que promovam a relação da escola com a família, em articulação com os docentes do conselho de turma;
- vi) Promover mecanismos de devolução de informação às famílias.

No 5º Ano, a Direção de Turma deve ser atribuída, preferencialmente, ao professor de Ciências Naturais. Este deve ser também, sempre que possível, o professor de Matemática.

A concretização da Oferta Complementar prevista na matriz curricular do 2.º e do 3.º Ciclos do Ensino Básico é garantida com recurso exclusivo às horas do crédito horário.

4.6. Critérios de Elaboração de Horários dos Docentes

1. O horário semanal dos docentes integra uma componente letiva e uma componente não letiva e desenvolve-se em cinco dias de trabalho. (ECD - Artigo 76º).
2. A elaboração de horários, quer das turmas quer dos professores, obedecerá, primordialmente, a critérios de ordem pedagógica.
3. Para a elaboração de horários conjugar-se-ão os interesses dos discentes e do Agrupamento, no respeito inequívoco dos normativos legais vigentes e do Regulamento Interno.
4. O horário semanal dos docentes é de 35 horas semanais.
5. No âmbito da autonomia pedagógica e organizativa das escolas, aquando da elaboração dos horários é tido em consideração o tempo necessário para as atividades de acompanhamento e de vigilância dos alunos do 1.º ciclo durante os intervalos entre as atividades letivas, com exceção do período de almoço, ao abrigo da alínea l) do n.º 3 do artigo 82.º do ECD, assim como o atendimento aos encarregados de educação.
6. A elaboração de horários dos professores rege-se pelo horário letivo de funcionamento da escola.
7. A distribuição de serviço docente obedece aos seguintes critérios:
 - Continuidade pedagógica, quando possível;
 - Primado do grupo de recrutamento;
 - Promoção da articulação interdisciplinar, sempre que existam competências científicas/ formativas e ou consolidação de práticas letivas.
 - Trabalho desenvolvido em projetos avaliados com pelo menos bom na avaliação anual.
 - Antiguidade (no caso dos horários sem componente letiva).
 - Necessidade de equilibrar a distribuição de serviço intra e inter Grupos Disciplinares, de acordo com as horas curriculares disponíveis e horas de crédito do Agrupamento.
8. Manter a constituição dos Conselhos de Turma, sempre que possível, desde que não se comprometa a constituição de equipas educativas nos anos de início de ciclo para o desenvolvimento do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, previsto no Decreto-Lei nº 55/2018.
9. São atribuídos aos Coordenadores de Departamento Curricular e Coordenadores dos Diretores de Turma quatro tempos para desenvolvimento das funções de coordenação.
10. São atribuídos aos Assessores de Disciplina dois tempos da componente não letiva para desenvolvimento das funções de assessoria.

11. Os Coordenadores de Departamento Curricular e Assessores de Disciplina deverão marcar no seu horário semanal, à segunda-feira, dois tempos em comum para possibilitar a articulação curricular.
12. Os horários dos docentes (2º e 3º ciclos) terão à 4ª feira, no período da tarde, sem componente letiva para desenvolverem trabalho colaborativo e poderem reunir as equipas educativas de modo a promover o sucesso educativo dos seus alunos e o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular
13. Os coordenadores dos projetos a funcionar terão redução na componente não letiva.
14. Deverão ser atribuídos a docentes com o mesmo cargo, ou que pertençam a uma mesma comissão de trabalho, tempos simultâneos da componente não letiva, para efeitos de articulação/desenvolvimento de atividades.
15. Deverão ser atribuídos aos docentes Diretores de Turma e aos Coordenadores dos Diretores de Turma, um tempo simultâneo da componente não letiva, à 4ª feira às 14.30h, para efeitos de articulação e resolução de problemas pedagógicos.
16. As atividades de Apoio ao Estudo nos 5º e 6º anos (100 minutos) serão asseguradas por professores de diferentes áreas disciplinares, nomeadamente Português, Matemática e, se possível, também em Inglês.
17. A Oferta Complementar nos 5º e 6º anos, a designar por Futuro +, deve ser atribuída ao Diretor de Turma para promover o desenvolvimento de articulação curricular através da dinamização de projetos a partir do tema *PARA LÁ DAS MURALHAS; crítica e criatividade*, de forma transversal, curricular e interdisciplinar, cumprindo o estipulado do Decreto-Lei nº 55/2018. Poderá também ser atribuído ao professor de CN, na eventualidade de não ser possível atribuir ao DT. O tema referido tem a particularidade de poder abranger o desenvolvimento do pensamento crítico, analítico, da investigação com base no modelo científico e outras competências/capacidades a identificar pelo Conselho de Turma, de acordo com o contexto e necessidades dos alunos.
18. Embora atribuído ao Diretor de Turma, a Oferta Complementar requer o envolvimento e compromisso da equipa educativa para o desenvolvimento dos Domínios de Articulação Curricular (DAC).
19. Cidadania e Desenvolvimento, nos 5º e 6º anos, será atribuída ao docente de TIC (0,5 tempo semanal para cada componente). O professor de TIC leciona os conteúdos da sua disciplina e, em simultâneo, desenvolve competências da componente de Cidadania e Desenvolvimento. A leção dos conteúdos de TIC podem ser ancorados na estratégia traçada, no Agrupamento, para a componente de Cidadania e Desenvolvimento. No horário dos alunos estará inscrito CD/TIC (Cidadania/TIC). Ambas as componentes terão avaliação trimestral.
20. Cidadania e Desenvolvimento, nos 7º e 8º anos, será atribuída ao docente de Complemento à Educação Artística (0,5 tempo semanal para cada componente). O professor de Complemento à Educação Artística leciona os conteúdos da sua disciplina e, em simultâneo, desenvolve competências da componente de Cidadania e Desenvolvimento. A leção dos conteúdos de Complemento à Educação Artística são ancorados na estratégia traçada, no Agrupamento, para a componente Cidadania e Desenvolvimento. No horário dos alunos estará inscrito CD/CEA (Cidadania/ Complemento à Educação Artística). Ambas as componentes terão avaliação trimestral.
21. No 7º ano, em Ciências Físico Químicas (CFQ) e Ciências Naturais (CN) também haverá lugar a um tempo partilhado entre os docentes que lecionam as duas disciplinas: CFQ terá 2,5 tempos e CN também terá 2,5 tempos. Uma vez que cada disciplina tem semanalmente 25 minutos, para além das unidades de 50 minutos Estes são geridos numa organização quinzenal, permitida pela aplicação da flexibilidade curricular, prevista no DL nº 55 /2018, de 6 de julho. Assim, numa semana, CFQ terá 3

tempos e CN terá 2; na semana seguinte, CN terá 3 e CFQ terá 2 tempos. Se o crédito permitir, os tempos referidos poderão ser utilizados para o estabelecimento de parcerias em sala de aula, desenvolvimento de trabalho projeto, alternando a lecionação entre as duas disciplinas, em trabalho colaborativo e de intervenção.

22. No 7º ano, em História (HIST) e Geografia (GEO) também haverá lugar a um tempo partilhado entre os docentes que lecionam as duas disciplinas: História terá 2,5 tempos e Geografia também terá 2,5 tempos. Uma vez que cada disciplina tem semanalmente 25 minutos, para além das unidades de 50 minutos Estes são geridos numa organização quinzenal, permitida pela aplicação da flexibilidade curricular, prevista no DL nº 55 /2018, de 6 de julho. Assim, numa semana, HIST terá 3 tempos e GEO terá 2; na semana seguinte, GEO terá 3 e HIST terá 2 tempos. Se o crédito permitir, os tempos referidos poderão ser utilizados para o estabelecimento de parcerias em sala de aula, desenvolvimento de trabalho projeto, alternando a lecionação entre as duas disciplinas, em trabalho colaborativo e de intervenção.
23. Oferta Complementar, nos 7º e 8º anos, deve ser atribuída ao Diretor de Turma, preferencialmente, atribuída ao docente de Português para promover o desenvolvimento de articulação curricular através da dinamização de projetos a partir do tema *PARA LÁ DAS MURALHAS; crítica e criatividade*, de forma transversal, curricular e interdisciplinar, cumprindo o estipulado do Decreto-Lei nº 55/2018. O tema referido tem a particularidade de poder abranger o desenvolvimento do pensamento crítico, analítico, estético e outras competências/capacidades a identificar pelo Conselho de Turma, de acordo com o contexto e necessidades dos alunos.
24. O horário deverá ter uma distribuição letiva equilibrada, de modo a evitar dias muito sobrecarregados.
25. Na disciplina de Filosofia com 3 tempos letivos, será criado um tempo de apoio designado por Dinâmica de Reforço às Aprendizagens (DRA) e, sempre que possível, deve ser marcado num tempo a seguir à disciplina, no final da manhã, ou da tarde.

5. PRINCIPAIS DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DO CURRÍCULO DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

- **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória** - instrumento de orientação de todo o sistema educativo. Define um ideal de educação do que será um jovem ao fim de 12 anos na escola. É objeto de avaliação interna e externa por via da construção de instrumentos de avaliação adequados à avaliação de competências.
- **DL n.º 54/2018, de 6 de julho** - estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.
- **DL n.º 55/2018, de 6 de julho** - estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, as possibilidades de gestão flexível do mesmo, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
- **Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto** - regulamenta o DL n.º 55/2018, de 6 de julho, no que diz respeito às ofertas educativas do ensino básico, designadamente o ensino básico geral e os cursos artísticos especializados. Em concreto, materializa a execução dos princípios consagrados no decreto-lei, definindo as regras e procedimentos inerentes à conceção e operacionalização do currículo daquelas ofertas educativas, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens, tendo em vista o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
- **Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto** - regulamenta a oferta de cursos científico-humanísticos, designadamente dos Cursos de Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e de Artes Visuais, tomando como referência a matriz curricular base constante no DL n.º 55/2018, de 6 de julho. Em concreto, e tendo em vista que os alunos alcancem o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, concretiza a execução dos princípios consagrados no decreto-lei, definindo as regras e procedimentos inerentes à conceção e operacionalização do currículo desta oferta formativa, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens. Estabelecem-se, também, os princípios de atuação e as normas orientadoras relativos ao desenvolvimento dos Domínios de Autonomia Curricular (DAC), à organização e ao funcionamento da Cidadania e Desenvolvimento no quadro da Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania (ENEC) e à integração das disciplinas de Português Língua Não Materna e de Língua Gestual Portuguesa. Definem-se as condições que possibilitam ao aluno a adoção de um percurso formativo próprio, através de permuta de disciplinas, eliminando-se o regime de precedências com vista a aumentar tais possibilidades.

- **Aprendizagens essenciais** - documentos de orientação curricular base na planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem. Tendo sido construídas a partir dos documentos curriculares existentes, as AE são a base comum de referência para a aprendizagem de todos os alunos, isto é, o denominador curricular comum, nunca esgotando o que um aluno tem de aprender. Desta forma, constituem-se, a par com o Perfil dos Alunos, como o referencial para a avaliação externa. A componente do referencial curricular designada por Aprendizagens Essenciais expressa a tríade de elementos (conhecimentos, capacidades e atitudes) ao longo da progressão curricular, explicitando:
 - (a) **o que os alunos devem saber** (os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados conceptualmente, relevantes e significativos);
 - (b) **os processos cognitivos que devem ativar para adquirir esse conhecimento** (operações/ações necessárias para aprender);
 - (c) **o saber fazer a ele associado** (mostrar que aprendeu), numa dada disciplina, na sua especificidade e na articulação horizontal entre os conhecimentos de várias disciplinas, num dado ano de escolaridade.
- **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania** - documento orientador de implementação de Cidadania e Desenvolvimento.
- **Manual de apoio à prática inclusiva** - manual com indicações pedagógicas e técnicas de implementação do estipulado no DL n.º 54/2018, de 6 de julho.

A gestão do currículo da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário e da oferta formativa de cada escola do agrupamento compete aos órgãos próprios de administração e gestão, no âmbito da sua autonomia pedagógica e organizativa. Deste modo, o agrupamento define e determina a gestão e a aplicação do currículo por ano ou ciclo, adaptando-o às características dos alunos e à concretização das linhas de ação estratégica definidas no Projeto Educativo de Agrupamento e ou das medidas inscritas no Plano Anual e Plurianual de Atividades.

A implementação da Autonomia e Flexibilidade Curricular, dos ensinos básico e secundário, no ano escolar de 2018-2019, como já foi referido, no 1º ano de cada ciclo de ensino (1º, 5º, 7º e 10º anos), implica a valorização da gestão e lecionação interdisciplinar e articulada do currículo através do desenvolvimento de projetos que aglutinem aprendizagens das diferentes disciplinas, planeados, realizados e avaliados pelo conjunto dos professores de cada Conselho de Turma ou de cada ano de escolaridade.

Esta deverá materializar-se em projetos e atividades desenvolvidos na comunidade escolar como parte integrante do currículo e passa, necessariamente, pela implementação do trabalho de projeto como dinâmica centrada no papel dos alunos enquanto autores, privilegiando abordagens interdisciplinares. A concretização da Autonomia e Flexibilidade Curricular e das respetivas metodologias associadas, entre outras, é traduzida na disciplina/área disciplinar de Cidadania e Desenvolvimento.

As matrizes que se apresentam nas secções seguintes, relativas a cada ciclo de ensino, ano de escolaridade ou modalidade de ensino, refletem as opções tomadas pelos órgãos competentes do Agrupamento de Escolas Gil Paes, ao nível da gestão curricular.

6. A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E A ESTRUTURA DAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES

A **Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar** (Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro) estabelece como princípio geral que a Educação Pré-Escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, resultando num complemento da ação educativa da própria família da criança, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a sua formação e desenvolvimento, tendo como principal objetivo a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.

Tanto o princípio geral como os objetivos que lhe estão associados, expostos na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, enquadram a organização das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE) que se constituem como um conjunto de princípios gerais de apoio ao educador na tomada de decisões sobre a sua prática, isto é, na condução do processo educativo a desenvolver com as crianças.

Enquanto quadro de referência para todos os educadores, as OCEPE vinculam a intencionalidade do processo educativo neste nível de educação, devendo o educador ter em conta:

- os objetivos gerais enunciados na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar;
- a organização do ambiente educativo;
- as áreas de conteúdo definidas nas OCEPE;
- a continuidade e a intencionalidade educativas.

O desenvolvimento curricular na Educação Pré-Escolar é da responsabilidade do educador que exerce a atividade educativa/letiva de 25 horas semanais, em regime de monodocência, devendo a sua ação orientar-se pelo disposto nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar.

A atividade educativa/letiva de 5 horas diárias deve prever e organizar um tempo simultaneamente estruturado e flexível em que os diferentes momentos tenham sentido para as crianças com a finalidade de proporcionar processos de desenvolvimento e de aprendizagem pensados e organizados intencionalmente pelo educador.

A Estrutura das Orientações Curriculares é a que seguidamente se explicita.

Áreas de Conteúdo	Formação Pessoal e Social			
	Expressão e Comunicação	Domínios	Educação Física	
			Educação Artística	Artes Visuais
				Jogo Dramático/Teatro
				Música
				Dança
			Linguagem Oral e Abordagem à Escrita	
	Matemática			
Conhecimento do Mundo				

Na Educação Pré-Escolar a ação educativa é sempre desenvolvida numa perspetiva globalizante. A avaliação tem como base a evolução e o desenvolvimento das crianças durante o percurso educativo desenvolvido.

Na Educação Pré-Escolar, as aprendizagens são avaliadas através da aquisição das competências com base nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE).

Assim, a avaliação na Educação Pré-Escolar é baseada num processo contínuo de análise, que sustenta a adequação do processo educativo às necessidades de cada criança e do grupo, tendo em conta a sua evolução e assentando nos seguintes princípios:

- Coerência entre os processos de avaliação e os princípios subjacentes à organização e gestão do currículo definidos nas OCEPE;
- Utilização de técnicas e instrumentos de observação e registo diversificados;
- Caráter marcadamente formativo da avaliação;
- Valorização dos progressos da criança.

Na Educação Pré-Escolar são intervenientes no processo de avaliação:

- o educador;
- a(s) criança(s);
- a equipa;
- os encarregados de educação.

7. O ENSINO BÁSICO

7.1. Orientações Específicas e Matriz Curricular do 1.º Ciclo

As orientações específicas relativas ao 1º Ciclo do Ensino Básico encontram-se no 3.2. Constituição de Turmas.

As orientações para a gestão curricular e dos recursos humanos são definidas de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, alterado pelos Decretos-Lei nº 91/2013, de 10 de julho, n.º 176/2014, de 12 de dezembro, e n.º 17/2016, de 4 de abril, o Decreto-lei nº 55/2018, de 6 de julho, que estabelece os termos de desenvolvimento da Autonomia e Flexibilidade Curricular (1º Ano e 2º Ano) e o Despacho Normativo nº 10-B/2018, de 6 de julho.

	Matriz Curricular	
Cidadania e desenvolvimento /TIC	1º ano /2º ano	3º/ 4º ano
	Português – 6,5 h	Português – 7 h
	Matemática – 6,5 h	Matemática – 7 h
	Estudo do Meio – 3h	Estudo do Meio – 3 h
	Educação Artística + Educação Física 4 h	Expressões: Artística e Físico-Motora 3h
	Apoio ao Estudo 1,5 h	Apoio ao Estudo – 1,5h
	Of. Complementar 1h	Oferta Complementar - 1h
	Cidadania e Desenvolvimento	Inglês – 2h
	Educação Moral e Religiosa – 1h (disciplina de frequência facultativa. No caso dos encarregados de educação optarem por esta disciplina será deduzida uma hora semanal nas Atividades de Enriquecimento Curricular).	Educação Moral e Religiosa – 1h (disciplina de frequência facultativa. No caso dos encarregados de educação optarem por esta disciplina será deduzida uma hora semanal nas Atividades de Enriquecimento Curricular).
	Total 22,5h + 2,5 h (intervalo)	Total 24,5 h + 2,5 h (intervalo)

	= 25 horas	= 27 horas
	AEC – 5h	AEC – 3 h
AEC	ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA – 2h DANÇA E EXPRESSÃO CORPORAL – 1h MÚSICA – 2h	ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA – 1h MÚSICA – 2h

7.2. Orientações Específicas para o 2.º e 3º Ciclos

As orientações específicas relativas ao 2º Ciclo do Ensino Básico encontram-se no 3.2. Constituição de Turmas.

O currículo do 2.º Ciclo do Ensino Básico assenta nas áreas disciplinares estruturadas em disciplinas e na disciplina facultativa de Educação Moral e Religiosa Católica. Para além destas, há a considerar a Oferta Complementar que, no agrupamento, corresponde à disciplina de Futuro+, no 5.º ano e de Robótica, no 6.º Ano.

O Apoio ao Estudo é desenvolvido nas disciplinas de Português, Matemática e Inglês.

Nas turmas dos 5.º e 6º Anos ter-se-á presente o Decreto-lei nº 55/2018, de 6 de julho, que define os princípios de organização do currículo dos Ensinos Básico e Secundário, no quadro da Autonomia e Flexibilidade Curricular.

As orientações específicas relativas ao 3º Ciclo do Ensino Básico encontram-se no 3.2. Constituição de Turmas.

O currículo do 3.º Ciclo do Ensino Básico assenta nas áreas disciplinares estruturadas em disciplinas e na disciplina facultativa de Educação Moral e Religiosa Católica.

Para além destas, há a considerar a Oferta de Escola que corresponde à disciplina de Expressões (Da expressão plástica à expressão escrita) nos 8º e 9º Anos.

Nestes dois anos de escolaridade, também existe a Oferta Complementar de 1 tempo letivo, da responsabilidade do Diretor de Turma.

O currículo do 7.º Ano e do 8º Ano, no desenvolvimento da Autonomia e Flexibilidade Curricular, rege-se pelo Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho.

Destaca-se na gestão curricular do 7º e do 8º Anos, a existência de Oferta Complementar, da responsabilidade do Diretor de Turma e Complemento à Educação Artística em justaposição com Cidadania e Desenvolvimento

7.3. Matrizes Curriculares do 2º e do 3.º Ciclos

No ano letivo 2018/2019, aplicou-se ao **5º Ano** e no **6º Ano**, no ano letivo 2019/2020, por serem anos de escolaridade que entraram na Flexibilidade Curricular e em que se aplica o estabelecido no DL nº 55/2018, de 6 de julho.

DL nº55/2018 - Matriz Curricular 2º Ciclo								
Carga Horária Semanal		5.º ano		Blocos	6.º ano		Blocos	Total do ciclo
Áreas disciplinares	Línguas e Estudos Sociais	525			525			1.050
	Português;	225	525	4,5	200	525	4	1050
	Inglês;	150		3	150		3	
	História e Geografia de Portugal;	125		2,5	150		3	
	Cidadania e Desenvolvimento	25		0,5	25		0,5	
	Matemática e Ciências	350			350			700
	Matemática;	250	350	5	200	350	4	700
	Ciências Naturais;	100		2	150		3	
	Educação Artística e Tecnológica	325			325			650
	Educação Visual;	100	325	2	100	325	2	650
	Educação Tecnológica;	100		2	100		2	
	Educação Musical	100		2	100		2	
	Tecnologias de informação e comunicação	25		0,5	25		0,5	
	Educação Física	150			3	150		3
Educação Moral e Religiosa	(a)		(a)		(a)			
Tempo a cumprir	1.350			1.350			2.700	
Total apurado	1.350		27	1.350		27	2.700	
Oferta complementar - Futuro +	50		1	50		1		

a) Disciplina de oferta Obrigatória mas de frequência facultativa

No ano letivo 2019/2020, aplica-se ao 7º Ano e ao 8º ano.

DL nº 55/2018 - Matriz Curricular 3º Ciclo												
Carga Horária Semanal		7.º ano		Blocos	8.º ano		Blocos	9.º ano		Blocos	total do ciclo	
Áreas disciplinares	Português	200		4	200		4	200		4	600	
	Língua estrangeira	250		5	250		5	250		5	750	
	Inglês	125	250	2,5	125	250	2,5	125	250	2,5	375	
		Língua Estrangeira II		125	2,5		125	2,5		375		
	Ciências Sociais e Humanas	275			225			225			725	
	História	125	275	2,5	100	225	2	100	225	2	325	
		Geografia		125	2,5		100	2		100	2	325
		Cidadania e Desenvolvimento		25	0,5		25	0,5		25	0,5	75
	Matemática	200		4	200			4	200			600
	Ciências Físico-Naturais	250		5	300			6	300			850
	Ciências Naturais	125	250	2,5	150	300	3	150	300	3	425	
		Físico-Química		125	2,5		150	3		150	3	425
	Educ Artística e Tecnológica	175			175			175			525	
	Educação Visual	100	175	2	100	175	2	100	175	2	300	
	Compl à Educação Artística	25		0,5	25		0,5	25		0,5	75	
	TIC	50		1	50		1	50		1	150	
	Educação Física	150		3	150		3	150		3	450	
	Educação Moral e Religiosa	(a)			(a)			(a)				
	Tempo a cumprir	1500			1550			1550			4500	
		1500						1500			4500	
	Oferta Complementar	50		1	50		1	50		1		

a) Disciplina de oferta Obrigatória mas de frequência facultativa

Desenho Curricular do Curso de Educação e Formação (CEF) Tipo 2

No ano letivo 2019/2020 aplica-se ao 1º Ano.

Componentes de Formação	Áreas de Competência	Disciplinas / Domínios / Unidades		1.º Ano		2.º Ano		Total	
				Plano Curricular	FCT	Plano Curricular	FCT	Plano Curricular	FCT
Sociocultural	Línguas, Cultura e Comunicação	Língua Portuguesa		108		84		192	
		Língua Estrangeira	Inglês	108		84		192	
		Tecnologias de Informação e Comunicação		54		42		96	
	Total - Línguas, Cultura e Comunicação		270		210		480		
	Cidadania e Sociedade	Cidadania e Mundo Atual		108		84		192	
		Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho		30				30	
		Educação Física		54		42		96	
		Total - Cidadania e Sociedade		192		126		318	
	Total – Sociocultural		462		336		798		
Científica	Ciências Aplicadas	Matemática Aplicada		108		102		210	
		Física e Química		81		42		123	
	Total – Científica		189		144		333		
Tecnológica	Tecnologias Específicas	Inst. Manut. Computadores		150		100		250	
		Aplicações Informáticas de Escritório		75		100		175	
		Sistemas de Gestão de Bases de Dados		100		50		150	
		Inst. E Config. de Computadores em Redes locais e à Rede Internet		100		100		200	
	Total – Tecnológica		425	0	350		775		
Prática	Estágio em Contexto de Trabalho					210		210	
Total do Curso			1076		830	210	1906	210	
			1076		1040		2116		

7.4. Orientações Específicas para os Cursos de Educação e Formação

7.4.1. A Organização dos Cursos de Educação e Formação

A organização dos cursos de educação e formação obedece ao estabelecido na portaria que cria e regulamenta o funcionamento de cada curso, e na qual se define a respetiva matriz curricular, que é gerida em dois ou num só ano, caso se trate de um curso Tipo 2 ou 3, respetivamente. A distribuição do número de horas, por disciplina, é aprovada pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, através da plataforma SIGO, Sistema Integrado de Gestão de Ofertas.

Na proposta de desenvolvimento curricular do curso, no que concerne ao número de horas/ano/disciplina, é forçoso atender ao estipulado pelo despacho conjunto n.º 453/2004, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, conjugado com o Despacho n.º 9752-A/2012, de 18 de julho e com o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

7.4.2. Referenciais de Formação

Os cursos de educação e formação são organizados em harmonia com o referencial de formação aprovado para a família profissional em que se integram e agrupados por áreas de formação, de acordo com a classificação internacional vigente.

O referencial de formação identifica, para cada família profissional, as qualificações associadas às respetivas saídas profissionais, os saberes científicos, tecnológicos e técnicos estruturantes da formação exigida e os princípios essenciais do desenvolvimento do currículo.

O referencial poderá ainda identificar requisitos mínimos relativos aos perfis habilitacionais ou profissionais dos professores ou demais técnicos, bem como às instalações e equipamentos, sem prejuízo dos referidos requisitos poderem ser definidos em diferentes momentos ou instrumentos.

7.4.3. Princípios Orientadores da Organização e Gestão do Currículo

A organização e a gestão do currículo dos cursos de educação e formação de jovens subordinam-se, em geral, aos princípios orientadores definidos para o ensino básico e, em especial, ainda aos seguintes princípios:

- a. Desenvolvimento das competências vocacionais dos jovens, alicerçadas num conjunto de saberes socioculturais, científicos e tecnológicos, que potenciam o exercício responsável de uma cidadania ativa e uma preparação para uma efetiva inserção no mundo do trabalho após a escolaridade obrigatória, se essa for a sua opção;

- b. Adequação da oferta formativa aos perfis dos alunos, procurando prepará-los para o exercício profissional qualificado, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, através da valorização da formação tecnológica e da prática da aprendizagem;
- c. Racionalização da oferta de cursos profissionalizantes através da publicação de referenciais de formação;
- d. Valorização da aprendizagem das tecnologias da informação e comunicação, aprofundando, nomeadamente, a formação em torno de ferramentas de produtividade que sustentem as tecnologias específicas de cada curso e o exercício da cidadania;
- e. Reconhecimento e reforço da autonomia da escola, com vista à definição de um projeto de desenvolvimento do currículo adequado ao seu contexto e integrado no respetivo projeto educativo;
- f. Potenciação da ligação entre a escola e as instituições económicas, financeiras, profissionais, associativas, sociais ou culturais, designadamente, do tecido económico e social local e regional.

7.4.4. Prova de Aptidão Final (PAF)

A PAF assume o carácter de uma prova de desempenho profissional e consiste na realização, perante um júri, de um trabalho prático, baseado nas atividades do perfil de competências visado, devendo avaliar os conhecimentos e competências mais significativos adquiridos e/ou desenvolvidos ao longo do curso, constituindo-se, deste modo, como um projeto pessoal e integrador dos vários saberes.

Deve estar centrada em temas e problemas que resultem de opções tomadas pelos alunos, que se enquadrem no âmbito do curso frequentado e que possam ser desenvolvidas em contexto de trabalho e tem uma duração de referência equivalente à duração diária do estágio, podendo ser alargada, sempre que a natureza do perfil de competências o justifique, a uma duração não superior a trinta e cinco horas.

A PAF é elaborada pela equipa pedagógica do curso e deve integrar o seu enquadramento legal, natureza e âmbito (prova individual), objetivos, estrutura da prova (deverá ter em conta as exigências da entidade certificadora e poderá ser constituída por uma prova prática mediante enunciado, apresentação e discussão), data e local de desenvolvimento, orientação/acompanhamento, avaliação, constituição e competências do júri;

A PAF rege-se-á, por regulamento específico.

7.4.5. Estágio em Contexto de Trabalho

A organização da formação prática em contexto de trabalho assume a forma de estágio de 210 horas correspondente a 6 semanas e com o horário de trabalho legalmente previsto para a atividade em que se insere o estágio e realiza-se, preferencialmente, em posto de trabalho em empresas ou noutras organizações, podendo assumir, parcialmente, a forma de simulação de um conjunto de atividades profissionais relevantes para o perfil de saída do curso a desenvolver em condições similares à do contexto real de trabalho.

A formação prática assenta em um conjunto de atividades profissionais desenvolvidas sob o acompanhamento técnico-pedagógico de um docente de entre os professores da componente tecnológica, em estreita articulação com o monitor da entidade enquadradora, que visam a aquisição ou o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para o perfil de desempenho à saída do curso frequentado pelo aluno.

As atividades a desenvolver pelo formando, durante a formação prática regem-se por um plano individual, consubstanciado em protocolo acordado entre o Agrupamento, o formando, e seu Encarregado de Educação, no caso de aquele ser menor de idade, e a entidade enquadradora do estágio que deverá desenvolver atividades profissionais compatíveis e adequadas ao perfil de desempenho visado pelo curso frequentado pelo aluno. Os contratos e protocolos referidos anteriormente não geram nem titulam relações de trabalho subordinado e caducam com a conclusão da formação para que foram celebrados.

O plano, depois de assinado pelas partes, será considerado como parte integrante do contrato de formação subscrito entre a escola e o aluno e identifica os objetivos, o conteúdo, a programação, o período, horário e local de realização das atividades, as formas de monitorização e acompanhamento do aluno, com a identificação dos responsáveis, bem como os direitos e deveres dos diversos intervenientes, da escola e da entidade onde se realiza a formação prática.

Os alunos, nomeadamente quando as atividades da formação prática decorram fora da escola, têm direito a um seguro que garanta a cobertura dos riscos das deslocações a que estiverem obrigados, bem como das atividades a desenvolver.

O regulamento da formação prática, a aprovar no início do 2º ano do ciclo de formação (Tipo 2), definirá, obrigatoriamente, e entre outros, o regime aplicável às modalidades efetivamente encontradas pela escola para a sua operacionalização, a fórmula de apuramento da respetiva classificação final, com o peso relativo a atribuir às suas diferentes modalidades ou etapas de concretização, bem como os critérios de designação do orientador responsável pelo acompanhamento dos alunos.

Os alunos realizam a formação prática no 2º ano do curso, no caso de Tipo 2, após conclusão das atividades letivas.

No ano letivo 2019/2020 aplica-se apenas ao **9º Ano** (Matriz antiga).

Componentes do currículo	9º Ano
Português	4 tempos
Línguas Estrangeiras	250 m
Inglês	3 tempos
Francês	2 tempos
Ciências Humanas e Sociais	250 m
História	2 tempos
Geografia	3 tempos
Matemática	5 tempos
Ciências Físicas e Naturais	300 m
Ciências Naturais	3 tempos
Físico-Químicas	3 tempos
Expressões e Tecnologias	250 m
Educação Visual	3 tempos
TIC	
Educação Física	2 tempos
Oferta de Escola - Manuel de Figueiredo: Educação Tecnológica	
Oferta de Escola - Maria Lamas: Expressões (Da Expressão Plástica à Expressão Escrita.)	
Total	1500 m
Oferta Complementar	1 tempo
EMRC	1 tempo

Carga horária distribuída em tempos de 50 minutos.

7.5. Ensino Básico – Cursos Artísticos Especializados

No ano letivo 2018/2019, nos cursos artísticos especializados, aplicou-se nos **5º e 6º anos, no curso básico de música**, no ano letivo 2019/2020, por serem anos de escolaridade que entraram na Flexibilidade Curricular e em que se aplica o estabelecido no DL nº 55/2018, de 6 de julho, e na Portaria nº 223-A/2018, de 3 de agosto.

DL nº55/2018; Portaria nº223-A/2018 - Matriz Curricular 2º Ciclo - Curso Básico de Música								
Carga Horária Semanal		5.º ano		Blocos	6.º ano		Blocos	Total do ciclo
Áreas disciplinares	Línguas e Estudos Sociais	525			525			1.050
	Português; Inglês; História e Geografia de Portugal; Cidadania e Desenvolvimento Tecnologias de informação e comunicação	225	550	4,5	200	550	4	1100
		150		3	150		3	
		125		2,5	150		3	
		25		0,5	25		0,5	
		25		0,5	25		0,5	
	Matemática e Ciências	350			350			700
	Matemática; Ciências Naturais;	250		5	200		4	
		100		2	150		3	
	Educação Visual Educação Física	100	250	2	100	250	2	200
		150		3	150		3	300
	Formação Artística Especializada	315			315			630
	Formação Musical Classes de Conjunto Instrumento	100	250	2	100	250	2	500
		100		2	100		2	
		50		1	50		1	
Educação Moral e Religiosa	(a)		(a)		(a)			
Tempo a cumprir	1.485			1.485			2.970	
Total apurado	1.400		28	1.400		28	2.800	
Oferta complementar	50		1	50		1		

a) Disciplina de oferta Obrigatória mas de frequência facultativa

No ano letivo 2019/2020, aplica-se ao 7.º, 8.º e 9.º ano, do Curso Básico de Música.

DL nº 55/2018; Portaria nº223-A/2018 - Matriz Curricular 3º Ciclo - Curso Básico de Música											
Carga Horária Semanal		7.º ano		Blocos	8.º ano		Blocos	9.º ano		Blocos	total do ciclo
Áreas disciplinares	Português	200		4	200		4	200		4	600
	Línguas estrangeiras	225		5	225		5	225		5	675
	Inglês	125	250	2,5	125	250	2,5	150	250	3	400
	Língua Estrangeira II	125		2,5	125		2,5	100		2	350
	Ciências Sociais e Humanas	250			250			275			775
	História	125	300	2,5	100	250	2	100	300	2	325
	Geografia	125		2,5	100		2	150		3	375
	Cidadania e Desenvolvimento	50		1	50		1	50		1	150
	Matemática	200		4	200		4	200		4	600
	Ciências Físico-Naturais	225			225			225			675
	Ciências Naturais	125	250	2,5	150	300	3	150	300	3	425
	Físico-Química	125		2,5	150		3	150		3	425
	Educação Visual (b)	100	100	2	100	100	2	100	100	2	300
	Educação Física	150	150	3	150	150	3	150	150	3	450
	Formação Artística Especializada	315			315			315			945
	Formação Musical	100	250	2	100	250	2	100	250	2	300
	Classes de Conjunto	100		2	100		2	100		2	300
	Instrumento	50		1	50		1	50		1	150
	Educação Moral e Religiosa	(a)			(a)			(a)			
	Tempo a cumprir	1575			1575			1575			4725
Total apurado	1525			1500			1550			4575	
Oferta Complementar	50		1	50		1	50		1		

a) Disciplina de oferta Obrigatória mas de frequência facultativa

b) Disciplina de frequência facultativa, mediante decisão do Encarregado de Educação

8. O ENSINO SECUNDÁRIO

8.1. Orientações Específicas para os Cursos Científico-Humanísticos

As orientações específicas relativas ao Ensino Secundário encontram-se no 3.2. Constituição de Turmas.

De acordo com o Decreto-lei n.º 139/2012, de 5 de julho, alterado pelos Decretos-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho, n.º 176/2014, de 12 de dezembro, e n.º 17/2016, de 4 de abril, que regulamenta a oferta educativa para crianças e jovens, incluindo o Nível Secundário de Educação e Formação, e partindo dos seguintes pressupostos:

- Aposta na continuidade das grandes áreas de formação científico-humanísticas atualmente existentes, para as quais possui recursos humanos com experiência na sua leção e materiais suficientes;
- Consolidação da oferta nas áreas de formação profissional já existentes e para as quais a escola possui recursos humanos e materiais, bem como parcerias já estabelecidas com empresas;
- Área de influência geográfica que, em algumas áreas de formação técnica e profissional, corresponde a um público-alvo de vários concelhos do distrito de Santarém;
- Reforço da imagem do Agrupamento de Escolas Gil Paes, através da Escola Secundária de Maria Lamas, como instituição formativa com forte componente científica, tecnológica, artística e humanística, visando o aprofundamento gradual da sua vertente de formação pós-básica, numa perspetiva de prosseguimento de estudos e/ou inserção na vida ativa.

Assim, o Agrupamento de Escolas Gil Paes disponibiliza como oferta educativa, de nível secundário, os Cursos Científico-Humanísticos, essencialmente, dirigidos aos alunos que pretendam prosseguir estudos no Ensino Superior:

- Curso de Ciências e Tecnologias (CT);
- Curso de Artes Visuais (AV);
- Curso de Línguas e Humanidades (LH).

De acordo com as matrizes curriculares e as orientações em vigor, o agrupamento definiu as opções para cada um dos cursos de acordo com os quadros apresentados nas secções seguintes.

As turmas de 10.º e de 11.º anos desenvolvem o currículo no âmbito da Autonomia e Flexibilidade Curricular, aplicando-se o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que define os princípios de organização do currículo dos ensinos básico e secundário.

8.2. Orientações Específicas para os Cursos Profissionais

8.2.1. A ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS PROFISSIONAIS

A organização dos cursos profissionais obedece ao estabelecido na portaria que cria e regulamenta o funcionamento de cada curso, onde se define a respetiva matriz curricular, que é gerida num horizonte temporal de 3 anos. A distribuição do número de horas, por disciplina, é aprovada pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, através da plataforma SIGO, Sistema Integrado de Gestão de Ofertas.

Na proposta de desenvolvimento curricular do curso, no que concerne ao número de horas/ano/disciplina, é forçoso atender ao estipulado no Decreto-lei nº 139/2012, de 5 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 91/2013 de 10 de julho, conjugado com o Decreto-Lei nº 396/2007, de 31 de Dezembro, a Portaria nº 74-A/2013, de 15 de Fevereiro e a Portaria nº 59-C/2014, de 7 de março.

De igual forma, se seguirá a Portaria nº 235-A/2018, de 23 de agosto que procede à regulamentação dos cursos profissionais a que se referem as alíneas a) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, na sua redação atual, e b) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

8.2.2. REFERENCIAIS DE FORMAÇÃO

Os cursos profissionais são organizados em harmonia com o referencial de formação aprovado para a família profissional em que se integram e agrupados por áreas de formação, de acordo com a classificação internacional vigente.

O referencial de formação identifica, para cada família profissional, as qualificações associadas às respetivas saídas profissionais, os saberes científicos, tecnológicos e técnicos estruturantes da formação exigida e os princípios essenciais do desenvolvimento do currículo.

O referencial poderá ainda identificar requisitos mínimos relativos aos perfis habilitacionais ou profissionais dos professores e demais professores, bem como às instalações e equipamentos, sem prejuízo dos referidos requisitos poderem ser definidos em diferentes momentos ou instrumentos.

8.2.3. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO CURRÍCULO

A organização e a gestão do currículo dos cursos profissionais de nível secundário subordinam-se, em geral, aos princípios orientadores definidos para a generalidade das formações do nível secundário de educação e, em especial, ainda aos seguintes princípios:

- g. Desenvolvimento das competências vocacionais dos jovens, alicerçadas num conjunto de saberes humanísticos, científicos e técnicos, que lhes permitam uma efetiva inserção no mundo do trabalho e o exercício responsável de uma cidadania ativa;
- h. Adequação da oferta formativa aos perfis profissionais atuais e emergentes, no quadro de uma identificação de áreas prioritárias e estratégicas para o desenvolvimento económico e social do País, num contexto de globalização;
- i. Racionalização da oferta de cursos profissionalmente qualificantes através da publicação de referenciais de formação;
- j. Reforço da estrutura modular dos conteúdos da formação como característica diferenciadora da organização curricular dos cursos e do processo de avaliação das aprendizagens;
- k. Valorização da formação técnica e prática da aprendizagem;
- l. Valorização da aprendizagem das tecnologias da informação e comunicação, aprofundando, nomeadamente, a formação em torno de ferramentas de produtividade que sustentem as tecnologias específicas de cada curso e o exercício da cidadania;
- m. Reconhecimento e reforço da autonomia da escola, com vista à definição de um projeto de desenvolvimento do currículo adequado ao seu contexto e integrado no respetivo projeto educativo;
- n. Potenciação da ligação entre a escola e as instituições económicas, financeiras, profissionais, associativas, sociais ou culturais, designadamente, do tecido económico e social local e regional;
- o. Preparação para o exercício profissional qualificado, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida.

8.2.4. PROVA DE APTIDÃO PROFISSIONAL (PAP)

A PAP consiste na apresentação e defesa, perante um júri, de um projeto, consubstanciado num produto, material ou intelectual, numa intervenção ou numa atuação, consoante a natureza dos cursos, bem como do respetivo relatório final de realização e apreciação crítica, demonstrativo de saberes e competências profissionais adquiridos ao longo da formação e estruturante do futuro profissional do jovem.

O projeto assenta em temas e problemas perspetivados e desenvolvidos pelo aluno em estreita ligação com os contextos de trabalho e realiza-se sob orientação e acompanhamento de um ou mais professores.

Tendo em conta a natureza do projeto, poderá o mesmo ser desenvolvido em equipa, desde que, em todas as suas fases e momentos de concretização, seja visível e avaliável a contribuição individual específica de cada um dos membros da equipa.

A concretização do projeto compreende três momentos essenciais:

- a) Conceção do projeto;
- b) Desenvolvimento do projeto devidamente faseado;
- c) Autoavaliação e elaboração do relatório final.

O relatório final integra, nomeadamente:

- a) A fundamentação da escolha do projeto;
- b) As realizações e os documentos ilustrativos da concretização do projeto;
- c) A análise crítica global da execução do projeto, considerando as principais dificuldades e obstáculos encontrados e as formas encontradas para os superar;
- d) Os anexos, designadamente os registos de autoavaliação das diferentes fases do projeto e das avaliações intermédias do professor ou professores orientadores.

A PAP reger-se-á, por regulamento específico.

8.2.5. FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO (FCT)

A Formação em Contexto de Trabalho (FCT) é um conjunto de atividades profissionais desenvolvidas sob coordenação e acompanhamento da escola, que visam a aquisição ou o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para o perfil de desempenho à saída do curso frequentado pelo aluno.

A FCT realiza-se em posto de trabalho em empresas ou noutras organizações, sob a forma de experiências de trabalho por períodos de duração variável ao longo da formação, ou sob a forma de estágio em etapas intermédias ou na fase final do curso.

A FCT pode assumir, parcialmente, a forma de simulação de um conjunto de atividades profissionais relevantes para o perfil de saída do curso a desenvolver em condições similares à do contexto real de trabalho.

A organização e o desenvolvimento da FCT obedecem a um plano, elaborado com a participação das partes envolvidas e assinado pelo órgão competente da escola, pela entidade de acolhimento, pelo aluno e ainda pelo encarregado de educação, caso o aluno seja menor de idade.

O plano, depois de assinado pelas partes, será considerado como parte integrante do contrato de formação subscrito entre a escola e o aluno e identifica os objetivos, o conteúdo, a programação, o período, horário e local de realização das atividades, as formas de monitorização e acompanhamento do aluno, com a identificação dos responsáveis, bem como os direitos e deveres dos diversos intervenientes, da escola e da entidade onde se realiza a FCT.

A concretização da FCT será antecedida e prevista em protocolo enquadrador celebrado entre a escola e as entidades de acolhimento, as quais deverão desenvolver atividades profissionais compatíveis e adequadas ao perfil de desempenho visado pelo curso frequentado pelo aluno.

Quando as atividades são desenvolvidas fora da escola, a orientação e o acompanhamento do aluno são partilhados, sob coordenação da escola, entre esta e a entidade de acolhimento, cabendo à última designar monitor para o efeito.

Os alunos, nomeadamente quando as atividades de FCT decorram fora da escola, têm direito a um seguro que garanta a cobertura dos riscos das deslocações a que estiverem obrigados, bem como das atividades a desenvolver.

Os contratos e protocolos referidos anteriormente não geram nem titulam relações de trabalho subordinado e caducam com a conclusão da formação para que foram celebrados.

O regulamento da FCT a aprovar no início do 2º ano do ciclo de formação, definirá, obrigatoriamente, e entre outros, o regime aplicável às modalidades efetivamente encontradas pela escola para a sua operacionalização, a fórmula de apuramento da respetiva classificação final, com o peso relativo a atribuir às suas diferentes modalidades ou etapas de concretização, bem como os critérios de designação do orientador responsável pelo acompanhamento dos alunos.

Os alunos do 2º ano de formação realizarão a FCT no 2º período, retomando as atividades letivas após a sua realização. Os alunos do 3º ano realizarão a FCT após conclusão das atividades letivas.

8.3. Matrizes Curriculares dos Cursos Científico-Humanísticos

No ano letivo 2019/2020 aplica-se ao **10º e ao 11º Ano**, por tratar-se de anos de escolaridade que entram na Flexibilidade Curricular e se regem pelo estabelecido no DL nº 55/2018, de 6 de julho.

DL n.º 55/2018 - Matriz Curricular Secundário Ciências e Tecnologias										
Carga Horária Semanal			10º Ano	Tempos	11º Ano	Tempos	12º Ano	Tempos	Total do Ciclo	
Áreas disciplinares	Cidadania e Desenvolvimento (b)	Componente de Formação Geral								
		Português	200	4	200	4	250	5	650	
		Língua estrangeira I; II; III	150	3	150	3			300	
		Filosofia	150	3	150	3			300	
		Educação Física	150	3	150	3	150	3	450	
		Componente de Formação Específica								
		Trienal (Matemática A)	300	6	300	6	325	6,5	925	
		Bienal 1 (FQA)	300	6	350	7			650	
		Bienal 2 (BG/GDA)	350	7	300	6			650	
		Anual 1					150	3	150	
		Anual 2					150	3	150	
		Educação Moral e Religiosa Católica		(a)		(a)		(a)		0
		Total		1 600	32	1 600	32	1 025	21	4225

a) Disciplina de oferta obrigatória mas de frequência facultativa.

b) Componente desenvolvida com o contributo de disciplinas e componentes de formação.

Para o **12º Ano**, de Ciências e Tecnologias, a Matriz Curricular em vigor é a seguinte.

Matrizes Curriculares - Ciências e Tecnologias (matriz antiga)

Anos Letivos – 2019/2020

Componentes de Formação		Carga Horária Semanal
		12º Ano
Geral	Português	5 t
	Língua estrangeira I, II ou III Filosofia Educação física	3 t
Específica	Trienal (Mat A)	7 t
	Opções c: Bienal 1 (Biologia e Geol) Bienal 2 (FQ A) Opção 3 (Geom Desc)	
	Opções (d) Anual 1	3 t
	Opções (e) Anual 2 (f)	3 t
	EMRC	2 t

No ano letivo 2019/2020 aplica-se aos 10º e 11º anos.

DL nº 55/2018 - Matriz Curricular Secundário Artes Visuais									
Carga Horária Semanal			10º Ano	Tempos	11º Ano	Tempos	12º Ano	Tempos	Total do Ciclo
Áreas disciplinares	Cidadania e Desenvolvimento (b)	Componente de Formação Geral							
		Português	200	4	200	4	250	5	650
		Língua estrangeira I; II; III	150	3	150	3			300
		Filosofia	150	3	150	3			300
		Educação Física	150	3	150	3	150	3	450
		Componente de Formação Específica							
		Trienal (Desenho A)	300	6	300	6	325	6,5	925
		Bienal 1 (HCA)	300	6	350	7			650
		Bienal 2 (GDA)	350	7	300	6			650
		Anual 1					150	3	150
		Anual 2					150	3	150
		Educação Moral e Religiosa Católica		(a)		(a)		(a)	
Total		1 600	32	1 600	32	1 025	21	4225	

a) Disciplina de oferta obrigatória mas de frequência facultativa.

b) Componente desenvolvida com o contributo de disciplinas e componentes de formação.

Para o **12º Ano**, de Artes Visuais, a Matriz Curricular em vigor é a seguinte.

Matrizes Curriculares – Artes Visuais (matrizes antigas)

Ano Letivo – 2019/2020

Componentes de Formação		12º Ano
Geral	Português	5 t
	Língua estrangeira I, II ou III Filosofia Educação Física	3 t
Específica	Trienal (Desenho A)	7 t
	Opções (c) Bienal 1 (G D A) Bienal 2 (MAT B) Opção 3 (HCA)	
	Opções (d) Anual 1	3 t
	Opções (e) Anual 2 (f)	3 t
	EMRC	2 t

No ano letivo 2019/2020 aplica-se ao 10º e ao 11º anos.

DL n.º 55/2018 - Matriz Curricular Secundário Línguas e Humanidades									
Carga Horária Semanal			10º Ano	Tempos	11º Ano	Tempos	12º Ano	Tempos	Total do Ciclo
Áreas disciplinares	Cidadania e Desenvolvimento (b)	Componente de Formação Geral							
		Português	200	4	200	4	250	5	650
		Língua estrangeira I; II; III	150	3	150	3			300
		Filosofia	150	3	150	3			300
		Educação Física	150	3	150	3	150	3	450
		Componente de Formação Específica							
		Trienal (História A)	300	6	300	6	325	6,5	925
		Bienal 1 (Espanhol)	350	7	300	6			650
		Bienal 2 (MACS/Geo)	300	6	350	7			650
		Anual 1					150	3	150
		Anual 2					150	3	150
		Educação Moral e Religiosa Católica			(a)		(a)		(a)
Total			1 600	32	1 600	32	1 025	21	4225

a) Disciplina de oferta obrigatória mas de frequência facultativa.

b) Componente desenvolvida com o contributo de disciplinas e componentes de formação.

Para o **12º Ano**, de Línguas e Humanidades, a Matriz Curricular em vigor é a seguinte.

Matrizes Curriculares - Línguas e Humanidades (Matrizes antigas)

Ano Letivo – 2019/2020

Componentes de Formação		12º Ano
Geral	Português	5 t
	Língua estrangeira I, II ou III	
	Filosofia	
	Educação física	3 t
Específica	Trienal (História A)	7 t
	Opções (c)	
	Bienal 1 (Geografia A)	
	Bienal 2 (MACS)	
	Opção 3 (Língua Estrangeira)	
	Opções (d)	
	Anual 1	3 t
	Opções e	
	Anual 2 (f)	3 t
	EMRC	2 t

8.4. Matrizes Curriculares dos Cursos Artísticos Especializados

8.4.1. Curso Secundário de Música

DL nº 55/2018; Portaria nº229-A/2018 - Matriz Curricular Curso Secundário de Música									
Carga Horária Semanal			10º ano	Blocos	11º ano	Blocos	12º ano	Blocos	total do ciclo
Áreas disciplinares	Desenvolvimento e Cidadania (b)	Componente de formação geral							
		Português	200	4	200	4	250	5	650
		Língua estrangeira I; II; III	150	3	150	3			300
		Filosofia	150	3	150	3			300
		Educação Física	150	3	150	3	150	3	450
		Componente de formação científica							
		História da Cultura e das Artes	150	3	150	3	150	3	450
		Formação Musical	100	2	100	2	100	2	300
		Análise e Técnicas de Capacitação	150	3	150	3	150	3	450
		Oferta Complementar	50	1	50	1	50	1	150
		Componente de formação técnica artística							
		Instrumento	100	2	100	2	100	2	300
		Classes de Conjunto	100	2	100	2	100	2	300
		Instrumento de Tecla			50	1	50	1	100
Educação Moral e Religiosa			(a)		(a)		(a)		0
Total			1.300	26	1.300	26	1.050	22	3.650

a) Disciplina de oferta Obrigatória mas de frequência facultativa

b) Componente desenvolvida com o contributo de disciplinas e componentes de formação

8.4.2. Curso Secundário de Canto

DL nº 55/2018; Portaria nº229-A/2018 - Matriz Curricular Curso Secundário de Canto										
Carga Horária Semanal			10º ano	Blocos	11º ano	Blocos	12º ano	Blocos	total do ciclo	
Áreas disciplinares	Desenvolvimento e Cidadania (b)	Componente de formação geral								
		Português	200	4	200	4	250	5	650	
		Lingua estrangeira I; II; III	150	3	150	3			300	
		Filosofia	150	3	150	3			300	
		Educação Física	150	3	150	3	150	3	450	
		Componente de formação científica								
		História da Cultura e das Artes	150	3	150	3	150	3	450	
		Formação Musical	100	2	100	2	100	2	300	
		Análise e Técnicas de Capacitação	150	3	150	3	150	3	450	
		Oferta Complementar	50	1	50	1	50	1	150	
		Componente de formação técnica artística								
		Canto	100	2	100	2	100	2	300	
		Classes de Conjunto	100	2	100	2	100	2	300	
		Línguas de Repertório	100	2	100	2	100	2	300	
		??			50	1	50	1	100	
		Educação Moral e Religiosa		(a)		(a)		(a)		0
		Total		1.400	28	1.400	28	1.150	23	3.950

a) Disciplina de oferta Obrigatória mas de frequência facultativa

b) Componente desenvolvida com o contributo de disciplinas e componentes de formação

8.5. Matrizes Curriculares dos Cursos Profissionais

A definição do elenco modular de cada disciplina, assim como as orientações mais específicas de gestão pedagógica desta tipologia de educação e formação estão inseridas nas Orientações de Gestão Pedagógica dos Cursos Profissionais.

Assim, o Agrupamento de Escolas Gil Paes disponibiliza, para além da oferta educativa, de nível secundário, abordada nas secções anteriores (Cursos Científico-Humanísticos), essencialmente, dirigidos, como foi referido, aos alunos que pretendam prosseguir estudos no Ensino Superior, a oferta que engloba:

Os Cursos Profissionais destinados aos alunos que pretendem obter uma qualificação profissional (de nível 4) tendo em vista a integração no mundo do trabalho, mantendo a possibilidade de prosseguir estudos em cursos pós-secundários de especialização tecnológica, cursos técnicos superiores profissionais ou no Ensino Superior.

A Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto procede à regulamentação dos Cursos Profissionais a que se referem as alíneas a) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, na sua redação atual, e b) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

Apresentam-se, de seguida, as respetivas estruturas curriculares para os Cursos Profissionais lecionados na Escola Secundária Maria Lamas.

**10º Ano do Curso Profissional Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos
(PGE)**

Triénio 2019 – 2022

Componentes de Formação	Disciplinas		Horas	Tempos/ semana
	Sociocultural	Português	100	4
		L. Estrangeira (Inglês)	76	3
		Área de Integração	76	3
		Tecnologias da Informação e Comunicação	100	4
		Educação Física	48	2
	Científica	Matemática	99	4
		Física e Química	88	3
	Técnica	Eletrónica Fundamental	120	4
		Instalação e Manutenção de Equipamentos Informáticos	210	8
		Sistemas Digitais e Arquitetura de Computadores	150	6

**10º Ano do Curso Profissional Técnico de Recepção
(REC)**

Triénio 2019 – 2022

Componentes de Formação	Disciplinas		Horas	Tempos/ semana
	Socio cultural	Português	100	4
		L. Estrangeira (Espanhol)	76	3
		Área de Integração	76	3
		Tecnologias da Informação e Comunicação	100	4
		Educação Física	48	2
	Científica	Matemática	100	4
		Psicologia e Sociologia	100	4
		Economia	75	3
	Técnica	Administração, Contabilidade e Legislação	116	4
		Comunicar em Inglês	56	2
		Informação Turística e Marketing	95	4
		Operações Técnicas de Recepção	124	5

**11º Ano do Curso Profissional Técnico de Gestão e Programação
de Sistemas Informáticos**

(PSI)

Triénio 2018/2021

Componentes de Formação	Disciplinas		Horas	Tempos/ semana
	Sociocultural	Português	100	5
		L. Estrangeira (Inglês)	72	3
		Área de Integração	72	3
		Educação Física	48	2
	Científica	Matemática	99	5
		Física e Química	55	3
	Técnica	Sistemas Operativos	50	3
		Arquitetura de Computadores	30	2
		Redes de Comunicação	54	3
		Programação e Sistemas de Informação	194	9
		Estágio	300	--

**11º Ano do Curso Profissional Técnico de Mecatrónica
(PMT)**

Triénio 2018 – 2021

Componentes de Formação	Disciplinas		Horas	Tempos/ semana
	Sociocultural	Português	100	5
		L. Estrangeira (Inglês)	72	3
		Área de Integração	72	3
		Educação Física	48	2
	Científica	Matemática	99	5
		Física e Química	55	3
	Técnica	Eletricidade e Eletrónica	132	6
		Tecnologia Mecatrónica	118	6
		Aplicações Mecatrónica	38	2
		Desenho Técnico	54	3
		Estágio	300	--

**12º Ano do Curso Profissional Técnico de Mecatrónica
(PMT)**

Triénio 2017 – 2020

Componentes de Formação	Disciplinas		Horas	Tempos/ semana
	Sociocultural	Português	120	6
		L. Estrangeira (Inglês)	72	4
		Área de Integração	72	4
		Educação Física	44	2
	Científica	Matemática	102	5
		Física e Química	57	3
	Técnica	Eletricidade e Eletrónica	78	4
		Tecnologia Mecatrónica	142	8
		Aplicações Mecatrónica	113	4
		Estágio	300	--

**12º Ano do Curso Profissional Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos
(PGE)**

Triénio 2017 – 2020

Componentes de Formação	Disciplinas		Horas	Tempos/ semana
	Sociocultural	Português	120	6
		L. Estrangeira (Inglês)	72	4
		Área de Integração	72	4
		Educação Física	44	2
	Científica	Matemática	102	5
		Física e Química	57	3
	Técnica	Eletrónica Fundamental	51	3
		Sistemas Digitais e Arquitetura de Computadores	119	6
		Comunicação de Dados	98	5
		Estágio	300	--

9. CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (EFA)

Os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) são uma oferta integrada de Educação e Formação para públicos adultos, com idade igual ou superior a 18 anos, que possuam baixos níveis de escolaridade e ou de qualificação profissional.

O Agrupamento de Escolas Gil Paes oferece, numa parceria com o Estabelecimento Prisional de Torres Novas, Cursos de Educação e Formação de Adultos conferindo certificação escolar de nível básico e de nível secundário. As aulas decorrem nas instalações do Estabelecimento Prisional e os Docentes pertencem ao Quadro do Agrupamento.

A oferta alterna entre EFA B2/3; EFA B3 ou EFA Secundário, de acordo com a população reclusa existente e os interesses na oferta formativa.

Estes cursos atribuem uma certificação escolar, que corresponde à escolaridade de doze, nove, seis ou quatro anos e aos níveis 3, 2 e 1 de qualificação.

O modelo dos Cursos de Educação e Formação de Adultos assenta nos seguintes princípios orientadores:

- Abertura e flexibilidade;
- Pluralidade e diversidade;
- Integração e contextualização;
- Aprendizagem por atividades integradoras;
- Avaliação formativa.

Os Cursos de EFA de Nível Básico contêm, na componente de formação de base, as Áreas de Competência-Chave de:

- Matemática para a Vida;
- Linguagem e Comunicação;
- Linguagem e Comunicação de Língua Estrangeira (apenas nos tipos B2 e B3);
- Cidadania e Empregabilidade;
- Tecnologias de Informação e Comunicação.

Os Cursos de EFA de Nível Secundário contêm, na formação de base, três Áreas de Competência-Chave, nomeadamente:

- Cidadania e Profissionalidade;
- Sociedade, Tecnologia e Ciência;
- Cultura, Língua e Comunicação.

9.1. Planos Curriculares e Referenciais de Formação de Nível Básico

Apresenta-se, de seguida, um quadro com os Planos Curriculares dos Cursos EFA de Nível Básico de Educação.

Planos curriculares dos cursos de educação e formação de adultos
Percursos formativos B3 e B2+B3

Durações máximas de referência (em horas) (a)

Cursos EFA de nível 2 de qualificação do quadro nacional de qualificações

Percurso formativo	Condições mínimas de acesso	Componentes da formação		Total
		Aprender com autonomia	Formação de base (b)	
B3	2.º ciclo do ensino básico	40	900 (c)	940
B2+B3	1.º ciclo do ensino básico	40	350 (c)	390

- (a) No caso de cursos EFA que sejam desenvolvidos apenas em função de uma das componentes de formação, são consideradas as cargas horárias associadas especificamente à componente de formação de base ou tecnológica, respetivamente, acrescidas do módulo Aprender com Autonomia.
- (b) A duração mínima da formação de base é de 100 horas, bem como a da formação tecnológica.
- (c) Inclusão obrigatória de uma língua estrangeira com carga horária máxima de 50 horas para o nível B2 e de 100 horas para o nível B3.

9.1.1. Referencial de Formação dos Cursos EFA de Nível Básico e de Nível 2 de Qualificação

A componente de formação de base desenvolve-se de acordo com o Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos – Nível Básico, obedecendo ao seguinte desenho curricular:

**Referencial de Formação dos Cursos de Educação e Formação
de Adultos**
Percursos Formativos B3 e B2+B3
Referencial Geral de Formação

Percursos Cidadania e Empregabilidade (CE) Linguagem e Comunicação (LC) Matemática para a Vida (MV) Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) Formação Tecnológica	NÍVEL 1 DE QUALIFICAÇÃO DO QUADRO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES						NÍVEL 2 DE QUALIFICAÇÃO DO QUADRO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES					
	B2						B3					
	25 H A	25 H B	25 H C	25 H D			50 H A	50 H B	50 H C	50 H D		
	25 H A	25 H B	25 H C	25 H D	25 H LE A	25 H LE B	50 H A	50 H B	50 H C	50 H D	50 H LE A	50 H LE B
	25 H A	25 H B	25 H C	25 H D			50 H A	50 H B	50 H C	50 H D		
	25 H A	25 H B	25 H C	25 H D			50 H A	50 H B	50 H C	50 H D		

9.2. Planos Curriculares e Referenciais de Formação de Nível Secundário

Durações máximas de referência (em horas)

Percurso formativo	Condições mínimas de acesso	Componentes da formação		Total
		Formação de base (a)	PRA (b)	
S — Tipo A	9.º Ano	(c) 100	50	150
S — Tipo B	10.º Ano	(d) 600	25	625
S — Tipo C	11.º Ano	(e) 300	15	315

(a) A duração mínima da formação de base é de 100 horas.

(b) Sempre que se trate de um adulto que frequente a formação em regime não contínuo, o cálculo deve ser feito tendo em conta sessões de três horas a cada duas semanas de formação, para horário laboral e três horas, de quatro em quatro semanas, para horário pós-laboral. A duração mínima da área de PRA é de dez horas.

- (c) A esta carga horária poderão ainda acrescer entre 50 e 100 horas correspondentes às UFCD de língua estrangeira, caso o adulto revele particulares carências neste domínio.
- (d) As UFCD da formação de base obrigatórias para o percurso S — Tipo B são:
- i) Cidadania e Profissionalidade: UFCD1; UFCD4; UFCD5;
 - ii) Sociedade, Tecnologia e Ciência: UFCD5; UFCD6; UFCD7;
 - iii) Cultura, Língua, Comunicação: UFCD5; UFCD6; UFCD7;
 - iv) Mais três UFCD opcionais que podem ser mobilizadas a partir das UFCD de uma língua estrangeira (caso o adulto não detenha as competências exigidas neste domínio) ou de qualquer uma das áreas de competências chave.
- (e) As UFCD da formação de base obrigatórias para o percurso S — Tipo C são:
- i) Cidadania e Profissionalidade: UFCD1;
 - ii) Sociedade, Tecnologia e Ciência: UFCD7;
 - iii) Cultura, Língua, Comunicação: UFCD7;
 - iv) Mais três UFCD opcionais que podem ser mobilizadas a partir das UFCD de uma língua estrangeira (caso o adulto não detenha as competências exigidas neste domínio) ou de qualquer uma das áreas de competências chave).

9.2.1. Referencial de Formação dos Cursos EFA de Nível Secundário (Habilitação Escolar) Percurso Formativos S tipos A, B ou C

Os Cursos EFA organizam-se, em geral, em ciclos com 150 horas de formação, sendo cada ciclo composto por 3 UFCD (Unidades de Formação de Curta Duração), uma de cada uma das três áreas de competência-chave: Cidadania e Profissionalidade (CP), Sociedade, Tecnologia, Ciência (STC), Cultura, Língua, Comunicação (CLC).

Nos percursos formativos S – Tipo A, de maior duração, há um ciclo adicional de 100 h destinado a Cultura, Língua e Comunicação - Língua Estrangeira. Ao longo do percurso é desenvolvida a área de Portefólio Reflexivo de Aprendizagem (PRA), variando a sua duração de 50h a 15 h, consoante a tipologia do curso.

DESENHO DO REFERENCIAL DE COMPETÊNCIAS-CHAVE para a educação e formação de adultos – nível secundário



Referencial Geral de Formação

Formação de base	Cidadania e Profissionalidade (CP)	50 H UFCD	50 H UFCD	50 H UFCD	50 H UFCD	50 H UFCD	50 H UFCD	50 H UFCD	50 H UFCD
	Sociedade Tecnologia e Ciência (STC)	50 H UFCD	50 H UFCD	50 H UFCD	50 H UFCD	50 H UFCD	50 H UFCD	50 H UFCD	
	Cultura Língua e Comunicação (CLC)	50 H UFCD	50 H UFCD	50 H UFCD	50 H UFCD	50 H UFCD	50 H UFCD	50 H UFCD	

9.3. Avaliação e Certificação dos Formandos

O processo de avaliação segue o estipulado na Portaria nº 230/08, de 7 de março, e compreende:

- A avaliação formativa, que permite obter informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, com vista à definição e ao ajustamento de processos e estratégias de recuperação e aprofundamento;
- A avaliação sumativa, que tem por função servir de base de decisão sobre a certificação final tendo como suporte o Portefólio Reflexivo de Aprendizagens – PRA, no nível secundário e o Dossier Pessoal e Profissional – DPP, no nível básico.

9.3.1. Certificação de Percursos Formativos de Nível Básico (Habilitação Escolar - Níveis de Desenvolvimento B2+B3 e B3)

Nos cursos EFA de Nível Básico a certificação da formação de base está dependente da validação de todas as Unidades de Competência (UC) que constituem cada Área de Competência-Chave, num total de:

- 18 UC para a tipologia B3;
- 36 UC para a tipologia B2+B3.

9.3.2. Certificação de Percursos Formativos de Nível Secundário (Habilitação Escolar – Cursos Tipo A, B ou C)

No âmbito dos Cursos EFA de Nível Secundário a avaliação traduz-se na validação de competências, de acordo com o referencial de formação de competências-chave de nível secundário, do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), com efeitos na certificação dos formandos.

Nos Cursos EFA de Nível Secundário, as condições de certificação estão dependentes da sua tipologia. Apresenta-se, de seguida, uma síntese das exigências para cada percurso formativo:

- **S — Tipo A:** a certificação depende da validação de 22 a 24 UFCD - componente de formação de base. Estas distribuem-se por 7 a 8 ciclos de aprendizagem de 150h.
- **S — Tipo B:** a certificação depende da validação de 12 UFCD - componente de base. Estas distribuem-se por 4 ciclos de aprendizagem de 150h. São obrigatórias as seguintes UFCD: CP1; CP4; CP5; STC5; STC6; STC7; CLC5; CLC6; CLC7 e mais 3 opcionais.
- **S — Tipo C:** a certificação depende da validação de 6 UFCD - componente de base. Estas distribuem-se por 2 ciclos de aprendizagem de 150h. São obrigatórias as seguintes UFCD: CP1; STC7; CLC7 e mais 3 opcionais.

10. GESTÃO DE CURRÍCULOS, ATIVIDADES E RECURSOS EDUCATIVOS

10.1. Articulação Vertical do Currículo

A articulação vertical do currículo entre os vários ciclos de estudo é decisiva para a diminuição do choque resultante das mudanças de ciclo, em particular quando estas implicam também uma mudança de escola.

Assim, podem ser estruturadas e planificadas atividades, as quais podem ser realizadas com alguma regularidade, com o objetivo de promover o conhecimento das diversas realidades educativas presentes no agrupamento. A título de exemplo, apresentam-se, seguidamente, alguns exemplos de atividades que podem ser levadas a cabo, de modo a facilitar a integração escolar.

Transição da Educação Pré-Escolar para o 1.º Ciclo

- Participação em projetos comuns e partilha de atividades;
- Realização conjunta de atividades em momentos particulares do ano letivo (Natal, Carnaval, ...).
- Visitas às Salas do 1.º Ciclo, com participação em atividades lúdico-pedagógicas.
- Constituição dos grupos/turmas, tendo em conta critérios de ordem pedagógica.
- Realização de reuniões de articulação entre docentes do pré-escolar e do 1º Ciclo.

Transição do 1.º Ciclo para o 2.º Ciclo

- Planificação conjunta de atividades com vista à aquisição de conhecimentos e/ou capacidades estruturantes do processo de ensino e aprendizagem.
- Realização de atividades desportivas, laboratoriais, de utilização das TIC ou na Biblioteca Escolar, destinadas aos alunos do 1.º Ciclo.
- Organização de atividades conjuntas entre alunos do 1.º e 2.º Ciclos (por exemplo: encontros musicais, atividades teatrais, torneios desportivos, encontros de atletismo, participação nas festas do Agrupamento, etc.).
- Constituição dos grupos/turmas, tendo em conta critérios de ordem pedagógica e o parecer dos PTT.
- Realização de reuniões entre docentes do 4º e 5º Anos.

Transição do 2.º Ciclo para o 3.º Ciclo

- Planificação conjunta de atividades com vista à aquisição de conhecimentos e/ou capacidades estruturantes do processo de ensino e aprendizagem.
- Apresentação das ofertas educativas para o 3.º Ciclo.
- Continuidade, sempre que aconselhado, da constituição dos grupos/turmas.
- Realização de reuniões entre docentes do 6º e do 7º Anos.

Transição do 3.º Ciclo para o Ensino Secundário

- Sensibilização para os diferentes percursos educativos de nível secundário.
- Exploração da oferta educativa de nível secundário existente no agrupamento, com a realização de atividades e mostras para os alunos do 3.º Ciclo promovidas pelos alunos do ensino secundário ou entidades convidadas.
- Realização conjunta de atividades desportivas, culturais ou outras que envolvam alunos dos vários níveis de ensino do Agrupamento de Escolas Gil Paes, de modo a fortalecer a cultura de agrupamento.

10.2. Planeamento Curricular de Turma (PCT)

Na Educação Pré-Escolar é da inteira responsabilidade do educador conceber e gerir o Planeamento Curricular de Turma/Projeto Curricular de Turma (PCT), deve seguir as linhas orientadoras do Projeto Curricular (PCA) e do Projeto Educativo do Agrupamento (PEA).

Na elaboração do Planeamento Curricular e do grupo-turma, o educador tem em conta as características do grupo e as necessidades das crianças.

Decorrentes do PCT, poderão verificar-se situações pontuais de trabalho em colaboração com outros docentes em áreas especializadas, como por exemplo a música ou as ciências experimentais, cabendo ao educador em conjunto com o(s) outro(s) docente(s), planejar, desenvolver e avaliar as atividades, nunca perdendo a perspetiva globalizante da ação educativa na Educação Pré-Escolar.

As atividades de animação e de apoio à família devem ser distintas da componente educativa, sendo caracterizadas pelo seu caráter não obrigatório e pela natureza lúdica e desenvolvidas pelo Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) da escola, sob supervisão dos educadores.

O PCT na Educação Pré-Escolar tem a seguinte estrutura:

Diagnóstico

Caracterização do grupo

Fundamentação das opções educativas (tendo em conta o diagnóstico efetuado e as grandes opções educativas definidas no Projeto Curricular do Agrupamento)

Organização do ambiente educativo

Sínteses de Avaliação do Grupo

Aprendizagens a promover

Previsão de Procedimentos de Avaliação

Relação com a família e outros parceiros educativos

Comunicação dos Resultados e Divulgação da Informação Produzida

Atividades/Projetos do Grupo

Avaliação/reformulação do Projeto Curricular.

Nos restantes níveis de educação e ensino, a organização do Planeamento Curricular de Turma/Projeto Curricular de Turma (PCT) tem como princípios orientadores a procura da interdisciplinaridade e a promoção do trabalho colaborativo.

Organiza-se em torno dos seguintes aspetos fundamentais:

- Diagnóstico das situações/Caracterização da turma;
- Definição de um plano de atividades;
- Avaliação/reformulação do plano de atividades.

O Planeamento Curricular de Turma (PCT) é elaborado pelo professor titular de turma, no 1º Ciclo, ou pelo Diretor de Turma nos outros níveis de ensino, exprimindo a posição coletiva e refletindo o trabalho cooperativo dos membros da Equipa Educativa/Conselho de Turma.

O PCT tem em consideração os contributos de todas as disciplinas, é suportado no diagnóstico inicial e atende às especificidades dos alunos da turma e dele deverão constar todas as atividades programadas para o ano letivo.

O PCT da Turma deve ser organizado numa pasta com alguns documentos relativos à turma, os quais, no final do ano letivo, serão arquivados e guardados, para posterior consulta.

O PCT é orientado pelo seguinte esboço sequencial.

	Finalidades	Trabalho a desenvolver/documentos
TURMA	<p>Fornecer dados pessoais, familiares e educativos dos alunos.</p> <p>Obter dados para a avaliação diagnóstica (identificar problemas/fragilidades da turma).</p> <p>Produzir um trabalho que indique ao Conselho de Turma as decisões a tomar quanto à gestão do currículo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relação da turma com ASE e NEE - EB058b • Relação da turma (fotos) – EB019 • Registo de informações - com base nos Processos Individuais dos Alunos (PIA) - 1º momento de avaliação diagnóstica). • Caracterização da Turma - Registo caracterizador da turma - CT2 (no <i>Inovar Alunos</i>)
PLANEAMENTO CURRICULAR DE TURMA	<p>Identificar os alunos para os quais, no início e/ou ao longo do ano, irão ser mobilizadas medidas diversificadas, conforme as necessidades:</p> <p>Universais;</p> <p>Seletivas;</p> <p>Adicionais.</p> <p>Estratégias/atividades de intervenção educativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Planeamento Curricular de Turma Em modelo próprio, onde constam as medidas de inclusão a mobilizar. [Por exemplo: apoios ao estudo, aulas de apoio, apoio tutorial, apoio tutorial específico, coadjuvação em sala de aula, desdobramento de aulas, Planos de promoção do sucesso individual, Psicóloga, Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), identificação para a EMAEI, ...] • Identificação das atividades a desenvolver com a turma no âmbito das diferentes disciplinas, tendo em conta a sua articulação com o Projeto Educativo e com as atividades propostas pelos departamentos curriculares. (Inovar). • Relatórios de comportamento (por reunião de avaliação) EB113 • Registo de contactos com os Encarregados de Educação – EB141 (No final do ano letivo)
AValiação	<p>Proceder ao balanço do trabalho desenvolvido</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desempenho Académico da Turma - Avaliação das Estratégias Implementadas - Avaliação Global do PCT; - Relatórios Finais de 1º, 2º e 3º Períodos (Inovar) – EB135a

10.3. Cidadania e Desenvolvimento

O AEGP, no âmbito da sua autonomia, promove o desenvolvimento de projetos e atividades que contribuem para a formação pessoal e social dos alunos, designadamente educação cívica, educação para a saúde, educação financeira, educação para os *media*, educação rodoviária, educação para o consumo, educação para o empreendedorismo, educação para a segurança, defesa e paz, educação ambiental/desenvolvimento sustentável e educação moral e religiosa (de inscrição facultativa e com espaço curricular próprio).

Nos 1º, 2º, 5º, 6º, 7º, 8º, 10º e 11º Anos, a componente do Currículo de Cidadania e Desenvolvimento visa desenvolver competências pessoais e sociais, promover o pensamento crítico, desenvolver competências de participação ativa e conhecimentos em áreas não formais.

No 1.º Ciclo, a matriz curricular-base inscreve a componente de Cidadania e Desenvolvimento como componente de integração curricular transversal potenciada pela dimensão globalizante do ensino, constituindo esta componente uma área de natureza instrumental, de suporte às aprendizagens a desenvolver.

Nos **5º e 6º Anos**, com a duração de 25 minutos, Cidadania e Desenvolvimento funciona em justaposição com TIC, ao abrigo do previsto na alínea c), do nº 4, do artigo 15º, do Decreto-Lei nº 55, de 6 de julho, com a duração de 25 minutos para cada uma das disciplinas, totalizando, no conjunto, um tempo semanal de 50 minutos.

Nos **7º e 8º Anos**, Cidadania e Desenvolvimento funciona em justaposição com Complemento à Educação Artística (CEA), ao abrigo do previsto na alínea c), do número 4, do artigo 15º, do Decreto-Lei nº 55, de 6 de julho, com a duração de 25 minutos em cada uma das disciplinas, totalizando, no conjunto, um tempo semanal de 50 minutos.

Nos **10º e 11º Anos**, Cidadania e Desenvolvimento funciona de forma transversal, no âmbito das diferentes disciplinas da matriz, dos temas e projetos, sob coordenação de um dos professores da turma ou grupo de alunos, conforme o previsto na alínea d), do nº 4, do artigo 15º, do Decreto-Lei nº 55, de 6 de julho.

Em **todos os anos de escolaridade** o trabalho a promover em Cidadania e Desenvolvimento deve ser assente em experiências reais de participação e vivência de Cidadania, considerando-se as competências do Perfil do Aluno a desenvolver, decisão tomada em diálogo entre os Docentes das Equipas Educativas e tomando em linha de conta os Domínios de Autonomia Curricular (DAA) a concretizar.

O Agrupamento delineou o Plano Estratégico para a Cidadania, para o desenvolvimento da Cidadania e Desenvolvimento, no Agrupamento de Escolas, considerando os Domínios da Estratégia Nacional.

Domínios a abordar em Cidadania e Desenvolvimento

(abordagem transversal e longitudinal no 1º Ciclo do Ensino Básico e área disciplinar nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico)

Três vertentes de desenvolvimento da componente curricular

Em todos os Ciclos de Ensino	Em pelo menos dois Ciclos de Ensino	Opcional
Direitos Humanos Igualdade de Género Interculturalidade Desenvolvimento Sustentável Educação Ambiental Saúde	Sexualidade (6º e 9º anos) Media (6º e 7º ano) Instituições e Participação Democrática (2º e 3º Ciclos) Literacia Financeira e Educação para o Consumo (1º, 2º e 3º Ciclos) Segurança Rodoviária Pré-escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos	Empreendedorismo Mundo do trabalho Risco Segurança Defesa e Paz Bem estar animal Voluntariado (e outras de acordo com as necessidades de educação para a cidadania diagnosticadas pelo Agrupamento)

10.4. Atividades de Enriquecimento Curricular

No 1.º Ciclo são proporcionadas aos alunos atividades de enriquecimento do currículo, de caráter facultativo, de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural, incidindo, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação.

No ensino básico e no ensino secundário, em complemento das atividades curriculares, são aprovados anualmente pelo Conselho Pedagógico projetos e atividades, tendo em conta as necessidades identificadas, as metas a desenvolver, bem como os recursos físicos e humanos existentes, visando:

- Reforçar o gosto pela prática regular da atividade física;
- Valorizar o sentido de cooperação com os outros;
- Melhorar a autoestima;
- Promover novas aquisições em áreas complementares do saber;
- Desenvolver uma atitude cultural, ambiental e estética;
- Ocupar os tempos sem carga letiva dos alunos;
- Proporcionar condições de desenvolvimento das competências de cada aluno.

Estas atividades são sujeitas a uma avaliação no final de cada período e carecem de um número mínimo de inscritos para funcionarem, a definir na respetiva ficha de projeto, sendo a sua frequência:

- Facultativa, com limite de três faltas injustificadas;
- Obrigatória, desde que obtido o acordo dos Encarregados de Educação.

O AEGP oferece, ainda, aos seus alunos:

- Atividades desportivas, enquadradas no Clube de Desporto Escolar – que inclui um conjunto variado de modalidades/atividades desportivas.
- Atividades no âmbito do Programa de Promoção da Educação para a Saúde – dinamizadas, ao nível dos Conselhos de Turma e dos Conselhos de Docentes do 1.º Ciclo, pelos respetivos docentes e, num âmbito mais alargado, ao nível do Agrupamento, pelo Projeto de Educação para a Saúde (PES).

Horário da Educação Pré-Escolar

Em todos os Jardins de Infância do Agrupamento há prolongamento do horário com a oferta, disponibilizada pelo Município, de **Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)**.

As Atividades decorrem no período da manhã ou da tarde dinamizadas por técnicos contratados pelo Município, com a colaboração dos Assistentes Operacionais.

O projeto “**Jardins com Músicas**”, no Pré-Escolar, tem continuidade, neste ano letivo, num sistema de coadjuvação (1 hora semanal por grupo/turma) com o Educador Titular de Turma.

Horário do 1º Ciclo

A **atividade de Apoio ao Estudo** terá a duração de 90 minutos semanais, para todos os anos de escolaridade (1º, 2º, 3º e 4º Anos):

- 45 minutos semanais para Português;
- 45 minutos semanais para Matemática.

As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

As atividades desenvolvem-se diariamente, nos espaços existentes nos diferentes Centros Escolares, pelo período de 1 hora, num total de 5h semanais (1º e 2º anos) ou de 3 h semanais (3º e 4º anos). As AEC são dinamizadas por professores/técnicos AEC disponibilizados pelo Município em horário pós-letivo.

A outra hora é ocupada com atividades livres com a supervisão dos docentes e dos Assistentes Operacionais.

Atividades propostas para as AEC:

Atividade Física e Desportiva - para todos os anos de escolaridade - 1º, 2º, 3º e 4º Anos

Dança e Expressão Corporal - 1º e 2º Anos

Música - 1º, 2º, 3º e 4º Anos

Carga horária das AEC - 1º e 2º Anos

Música – 2h

Atividade Física e Desportiva – 2h

Dança e Expressão Corporal – 1h

Carga horária das AEC - 3º e 4º Anos

Música – 2h

Atividade Física e Desportiva – 1 h.

10.5. Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão

Ultrapassando o limite estreito da Educação Especial, a **Educação Inclusiva** é um princípio que preside aos Decretos-Lei n.ºs 54/2018 e 55/2018, ambos de 6 de julho, e que pretende promover com base numa gestão flexível e personalizada do currículo, o acesso de todos os alunos à aprendizagem, concretizando a efetiva criação de uma **Escola Inclusiva** onde *“todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontrem respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social”* (cf. introdução ao DL 54/2018, de 6 de julho).

Para alcançar esta finalidade são propostas duas grandes opções metodológicas:

- 1) A **abordagem multinível no acesso ao currículo** – organização de um conjunto integrado de medidas de suporte à aprendizagem, por níveis de intervenção (nível 1 – medidas universais; nível 2 – medidas seletivas; nível 3 – medidas adicionais), que visam o sucesso de todos os alunos e implicam a ação concertada de toda a comunidade educativa.

(Consultar páginas 18 a 22 e 29 a 40 do Manual de Apoio à Prática da Educação Inclusiva).

- 2) O **Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)** – abordagem curricular que assenta num planeamento intencional, proactivo e flexível das práticas pedagógicas, considerando a diversidade de alunos em sala de aula, e que implica a criação de oportunidades e alternativas acessíveis para todos os alunos em termos de métodos, materiais, ferramentas suporte e formas de avaliação, maximizando as oportunidades de aprendizagem para todos os alunos.

Esta abordagem implica tornar as salas de aula acessíveis a **todos os alunos** proporcionando-lhes:

- a) múltiplos meios de envolvimento (o “porquê” da aprendizagem);
- b) múltiplos meios de representação (“o quê” da aprendizagem);
- c) múltiplos meios de ação e de expressão (“o como” da aprendizagem).

(Consultar páginas 22 a 28 do Manual de Apoio à Prática da Educação Inclusiva).

Após a entrada em vigor do Decreto-Lei, n.º 54/2018, de 6 de julho, as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão pretendem, como se referiu, garantir a todos os alunos a equidade e a igualdade de oportunidades de acesso ao currículo, de frequência e de progressão no sistema educativo, independentemente das modalidades e percursos de educação e formação.

A determinação de medidas propostas segue procedimentos específicos de tomada de decisão, baseada nos dados ou evidências, com enfoque em dimensões pedagógicas e curriculares, e numa lógica de responsabilização dos diferentes intervenientes.

No artigo 7.º, do DL n.º 54/2018, de 6 de julho, as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão estão enquadradas numa **abordagem multinível** consubstanciada em medidas que estão organizadas em três níveis de intervenção:

- **Universais;**
- **Seletivas;**
- **Adicionais.**

A mobilização de medidas de diferente nível é decidida ao longo do percurso escolar do aluno, em função das suas necessidades educativas.

As medidas de diferentes níveis podem ser aplicadas simultaneamente.

A definição das medidas a implementar é efetuada com base em evidências decorrentes da monitorização, da avaliação sistemáticas e da eficácia das medidas na resposta às necessidades de cada criança ou aluno.

A definição das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão é realizada pelos docentes, ouvidos os pais ou encarregados de educação e outros técnicos que intervêm diretamente com o aluno.

As Medidas Universais de suporte à aprendizagem e à inclusão, entre outras, (artigo 8.º) são:

- A diferenciação pedagógica;
- As acomodações curriculares;
- O enriquecimento curricular;
- A promoção do comportamento pró-social;
- A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.

As medidas universais correspondem às respostas que a escola mobiliza para todos os alunos de forma a promover a participação e a melhoria das aprendizagens. Estas medidas consideram a individualidade de todos e de cada um dos alunos através da implementação de ações e estratégias integradas e flexíveis. A abordagem multinível informa a atuação em áreas específicas como sejam a promoção de comportamento pró-social ou/e intervenção com foco académico numa perspetiva alargada e compreensiva de escola. O desenho universal para aprendizagem é particularmente útil na operacionalização das medidas em sala de aula.

As **Medidas Seletivas** de suporte à aprendizagem e à inclusão (artigo 9.º) são:

- Os percursos curriculares diferenciados;
- As adaptações curriculares não significativas;
- O apoio psicopedagógico;
- A antecipação e o reforço das aprendizagens;
- O apoio tutorial.

As medidas seletivas dirigem-se a alunos que evidenciam necessidades de suporte à aprendizagem que não foram supridas pela aplicação de medidas universais.

A mobilização de medidas seletivas implica a elaboração de **Relatório Técnico-Pedagógico** (RTP), pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI). As adaptações curriculares não significativas não comprometem as aprendizagens essenciais nem as competências previstas no Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, bem como as aprendizagens previstas no perfil profissional das ofertas de dupla certificação do Catálogo Nacional de Qualificações.

A monitorização e avaliação da eficácia destas medidas são realizadas pelos responsáveis da sua implementação, conforme o previsto no Relatório Técnico-Pedagógico.

As **Medidas Adicionais** de suporte à aprendizagem e à inclusão (artigo 10.º) podem envolver:

- A frequência do ano de escolaridade por disciplinas;
- As adaptações curriculares significativas;
- O plano individual de transição;
- O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado;
- O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

As medidas adicionais têm como objetivo corrigir dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão, devendo ser explicitadas no relatório técnico-pedagógico.

A mobilização destas medidas só deve ser efetuada depois da demonstração, fundamentada no relatório técnico-pedagógico, da insuficiência das medidas universais e seletivas.

Os responsáveis pela implementação das medidas adicionais monitorizam e avaliam a eficácia das mesmas. Sempre que sejam propostas adaptações curriculares significativas, ou seja, as que têm impacto nas competências e nas aprendizagens a desenvolver no quadro dos documentos curriculares em vigor, implicando a introdução de outras substitutivas, deve ser elaborado um **Programa Educativo Individual** (PEI).

Para os alunos com as seguintes medidas:

- (i) **Adaptações curriculares significativas;**
- (ii) **Desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado;**

(iii) Desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social

é garantida, no Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), uma resposta que complemente o trabalho realizado em sala de aula ou noutro contexto educativo.

Como anteriormente foi referido, para estes alunos poderão ser mobilizadas, cumulativamente, medidas dos três níveis apresentados, ou ainda de algumas medidas de forma temporária.

A frequência da escolaridade com adaptações curriculares significativas exige que três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória seja delineado um **Plano Individual de Transição** (PIT), que complementa o PEI, no sentido de preparar atempadamente e de forma faseada a transição do aluno para a vida pós-escolar.

A escola, ao responder a todos e a cada um dos alunos, no que respeita aos alunos cujo percurso escolar é efetuado com adaptações curriculares significativas, prevê-se a necessidade de um apoio acrescido no planeamento da vida pós-escolar e daí a relevância da elaboração de um PIT, partindo dos interesses do aluno, no desenvolvimento de perceções realistas e no mapeamento de recursos locais.

Trata-se de um documento aberto, que espelha um processo em constante atualização, de acordo com as experiências que o aluno vai vivenciando, devendo orientar-se pelo princípio da autodeterminação.

A construção do PIT, norteada por uma visão abrangente e assente na partilha de toda a informação significativa, exige que a equipa multidisciplinar, em conjunto com o aluno e os pais, identifique:

- Interesses, potencialidades e competências do aluno;
- Áreas a investir;
- Atividades a realizar;
- Entidades envolvidas e locais onde se vão realizar as atividades;
- Responsáveis/interlocutores em cada fase do processo;
- Mecanismos de acompanhamento e supervisão.

A escola deve proporcionar ao aluno todo o apoio que permita uma tomada de decisão sustentada e informada sobre as opções a seguir na sua vida pós-escolar, com base nas suas expectativas pessoais de construção de um projeto de vida em sociedade, com adequada inserção profissional, social e familiar.

Os contactos e a articulação regulares entre escola, família e entidade “empregadora” são decisivos para o sucesso do aluno. Em algumas situações, certas tarefas que o aluno tiver de realizar no “local de trabalho” poderão ser também trabalhadas na escola, num ambiente de simulação.

A inclusão em turma dos alunos com Autismo, sendo este Agrupamento, até à presente data, Agrupamento de Referência para Alunos com Espectro de Autismo, terá em consideração o parecer da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI).

Os alunos para os quais forem mobilizadas Medidas Seletivas e/ou Adicionais devem ser distribuídos pelas várias turmas, atendendo às medidas a adotar, favorecendo a sua inclusão e a resposta educativa dos docentes.

10.5. Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)

Os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) foram criados pelo Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio, concretizando, assim, o previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86).

Os SPO são considerados unidades especializadas de apoio educativo, integradas na rede escolar, que desenvolvem a sua ação em escolas e agrupamentos de escolas, da educação pré-escolar ao ensino secundário. Neste agrupamento, o serviço integra duas psicólogas que exercem a sua atividade maioritariamente nas escolas EB2,3 Manuel de Figueiredo e Escola Secundária Maria Lamas, prestando apoio aos restantes estabelecimentos do agrupamento.

Os SPO atuam de forma integrada e em estreita articulação com a comunidade educativa, corpo docente e não docente, pais e encarregados de educação e outros agentes educativos. Desenvolvem a sua atividade nos domínios do apoio psicopedagógico a alunos e professores, do desenvolvimento do sistema de relações da comunidade escolar e da orientação escolar e profissional.

De acordo com a legislação, são atribuições destes serviços:

1. Contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção da sua identidade;
2. Apoiar os alunos no seu processo de aprendizagem e de integração no sistema de relações interpessoais da comunidade escolar;
3. Prestar apoio de natureza psicológica e psicopedagógica a alunos, professores, pais e encarregados de educação, no contexto das atividades educativas, tendo em vista o sucesso escolar, a efetiva igualdade de oportunidades e a adequação das respostas educativas;
4. Colaborar na identificação, mobilização e avaliação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, com vista a responder às necessidades e potencialidades de todos os alunos;
5. Promover atividades específicas de informação escolar e profissional, suscetíveis de ajudarem os alunos a situarem-se perante as oportunidades disponíveis, tanto no domínio dos estudos e formações como no das atividades profissionais;
6. Desenvolver ações de aconselhamento e orientação vocacional, apoiando o processo de escolha e o planeamento de carreiras dos alunos.

No desenvolvimento das suas atribuições, cabe às psicólogas do SPO o dever de respeitar, na sua prática, as normas éticas e deontológicas do respetivo exercício profissional, de acordo com as orientações das associações científico-profissionais portuguesas e internacionais, nomeadamente, a salvaguarda da privacidade dos alunos e das suas famílias, da sua cultura, dos seus interesses e o respeito pelas suas decisões.

10.6. Bibliotecas Escolares (BE)

As Bibliotecas Escolares (BE) são espaços de frequência livre ao serviço de toda a comunidade escolar e constituem polos aglutinadores de recursos educativos em diversos suportes e ambientes, quer para as atividades curriculares, extracurriculares e desenvolvimento de projetos, quer para a ocupação de tempos livres.

As Bibliotecas do Agrupamento de Escolas Gil Paes são as que se encontram nos seguintes estabelecimentos e pertencem à Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, exceto a Biblioteca do Centro Escolar de Olaia e Paço.

BE da Escola Secundária de Maria Lamas
BE da Escola do 2º/3º Ciclos de Manuel de Figueiredo
BE do Centro Escolar da Serra de Aire, Pedrógão, Torres Novas (CESA)
BE do Centro Escolar de Assentis e Chancelaria, Outeiro Grande (CEAC)
BE do Centro Escolar de Visconde de São Gião (CVSG)
Biblioteca do Centro Escolar de Olaia e Paço (CEOP)

A organização e gestão das BE são da responsabilidade dos professores bibliotecários, coadjuvados por uma equipa educativa e por assistentes operacionais nas escolas de maior dimensão. As BE trabalham em equipa e asseguram a prestação de serviços de biblioteca a todos os alunos do agrupamento.

A utilização do espaço das BE implica a realização de atividades relacionadas com a leitura, a pesquisa, o estudo, a realização de trabalhos escolares, o uso de equipamentos/recursos variados e a dinamização e animação cultural ou afins. Através da sua ação informativa, formativa e recreativa, as BE fomentam a aprendizagem ao longo da vida, estimulam a curiosidade, imaginação, participação e espírito crítico, científico e cívico, preparando os utilizadores para serem bem-sucedidos na sociedade da informação e do conhecimento.

Os objetivos das BE são:

- a) Contribuir para a consecução dos objetivos educacionais definidos no Projeto Educativo do Agrupamento;
- b) Fomentar na comunidade educativa o hábito da leitura e da utilização das bibliotecas, associando-o à ocupação saudável dos tempos livres, ao prazer e ao enriquecimento pessoal;
- c) Apoiar o desenvolvimento do currículo e de projetos extracurriculares;
- d) Oferecer serviços, equipamentos e um fundo documental que facilitem a pesquisa, uso, produção e comunicação da informação, tendo em vista o conhecimento;
- e) Desenvolver nos alunos competências a nível da literacia da leitura, literacia da informação, literacia dos media e literacia digital, em estreita articulação com as outras estruturas de orientação educativa;
- f) Fomentar o trabalho colaborativo e a inovação;
- g) Promover a autonomia dos alunos na construção do seu próprio saber e o desenvolvimento do pensamento reflexivo e do espírito crítico;
- h) Facilitar o acesso generalizado a fontes de informação diversificadas e recursos para o lazer;
- i) Dinamizar atividades de promoção do interesse pela arte, ciência, cultura e das problemáticas do mundo atual;
- j) As BE visam ainda promover nos alunos o respeito pela liberdade intelectual, pelos direitos autorais e pelo património comum, bem como competências de socialização.

O Plano de Atividades das BE é comum às várias bibliotecas (embora respeite as especificidades de cada escola e nível de ensino) e integra o Plano Anual de Atividades do Agrupamento.

10.7. Medidas Organizativas de Promoção do Sucesso Escolar

As medidas de promoção do sucesso escolar são definidas sob proposta do Conselho Pedagógico, mas dependentes do Crédito Horário concedido ao Agrupamento, tomando como base as dificuldades manifestadas pelos alunos e consubstanciando respostas pedagógicas perfiladas com o diagnóstico efetuado.

Estas medidas concretizam-se através das seguintes medidas organizativas de carácter pedagógico.

10.7.1. 1.º e 2.º Ciclos

No 1.º e 2.º Ciclos do ensino básico, nos anos não abrangidos pelo DL nº 55/2018, de 6 de julho, desenvolve-se o Apoio ao Estudo (AE), que visa promover a apropriação, pelos alunos, de métodos de estudo, de trabalho e de organização, assim como o desenvolvimento de atitudes e capacidades que favoreçam uma crescente autonomia na realização das suas próprias aprendizagens.

No 1º Ciclo, é constituído por 90 minutos e tem como objetivo apoiar os alunos na criação de métodos de estudo e de trabalho e visa prioritariamente o reforço do apoio nas disciplinas de Português e Matemática.

O Apoio ao Estudo é de frequência obrigatória para os alunos do 1.º Ciclo e é desenvolvida pelo professor titular de turma.

No 2.º Ciclo, 5º e 6º anos, o Apoio ao Estudo, 100 minutos, concretiza-se essencialmente com base em Salas de Estudo e é obrigatório para aqueles que forem indicados pelo Conselho de Turma, desde que obtido o acordo dos Encarregados de Educação.

O Apoio ao Estudo é parte integrante do horário da turma e dos professores. Serve para realizar trabalho de estudo, recuperação e preparação dos alunos, devendo, por isso, ao longo de todo o ano letivo, ser permanentemente frequentado pelos alunos designados pelo Conselho de Turma.

10.7.2. 3º Ciclo e Secundário

No 3º ciclo, o apoio concretiza-se essencialmente através de **coadjuvação** em sala de aula, podendo revestir, ocasionalmente a forma de aula de apoio.

No Ensino Secundário, o apoio concretiza-se através de **Dinâmicas de Apoio às Aprendizagens (DAA)**, como oportunidades de recuperação/melhoria de aprendizagens destinadas a alunos sinalizados nos Conselhos de Turma ou outros que, por iniciativa própria, as desejem frequentar. No caso da disciplina de Filosofia, no 10º ano, para além dos tempos da matriz curricular, prevê-se a atribuição de mais um tempo letivo de **Dinâmicas de Reforço às Aprendizagens (DRA)**.

As medidas de promoção do sucesso têm como objetivos:

- Promover a melhoria das aprendizagens;
- Orientar o aluno na identificação e análise de estratégias e métodos de estudo;
- Desenvolver atividades como reforço nas disciplinas de Matemática e Português (1º Ciclo);
- Valorizar e promover o saber estar e o trabalhar em grupo;

- Desenvolver atividades no âmbito dos Planos de Acompanhamento Pedagógico Individual (PAPI) dos alunos, nos anos de escolaridade em que se aplica.

O Conselho de Turma desempenha um importante papel no desenvolvimento das atividades relativas à mobilização de medidas promotoras do sucesso escolar, nomeadamente na tomada de decisões, planificação, acompanhamento e avaliação dos resultados.

A aplicação destas medidas pode ter caráter temporário e versar diferentes temáticas: como estudar as diferentes disciplinas, leitura em diagonal, escrever no computador com todos os dedos, pesquisa na Internet, oralidade, debate, etc.

10.7.3. Coadjuvação em Sala de Aula

Esta medida deve assentar numa lógica de trabalho colaborativo entre os docentes envolvidos na preparação, aplicação e reflexão sobre o trabalho desenvolvido, tanto na recuperação de aprendizagens, como em atividades de desenvolvimento.

É suposto que a coadjuvação se traduza em atividades com dois docentes na mesma sala de aula.

Poderá sair um grupo da sala de aula para trabalhar um conteúdo específico ou desenvolver alguma atividade, mas será sempre a exceção dentro desta medida.

10.7.4. Apoio Tutorial

Distinguímos o Apoio Tutorial (AT) do Apoio Tutoria Específico (ATE).

São destinatários do ATE, os alunos do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico que acumulem duas ou mais retenções ao longo do seu percurso escolar, organizados em grupos até 10 alunos com um crédito horário para apoio específico de 4 horas.

A organização do Apoio Tutorial depende da disponibilidade de recursos humanos, integrando a componente não letiva dos docentes, ou com recurso a crédito horário, se disponível. Esta tutoria destina-se a alunos em risco de retenção ou de abandono escolar, embora não tendo duas ou mais retenções ao longo do seu percurso escolar.

São objetivos das tutorias:

- Reunir nas horas atribuídas com os alunos identificados;
- Acompanhar e apoiar o processo educativo de cada aluno do grupo tutorial;

- Facilitar a integração do aluno na turma e na escola;
- Apoiar o aluno no processo de aprendizagem, nomeadamente na criação de hábitos de estudo e de rotinas de trabalho;
- Proporcionar ao aluno uma orientação educativa adequada ao nível pessoal, escolar e profissional, de acordo com as aptidões, necessidades e interesses manifestados;
- Promover um ambiente de aprendizagem que permita o desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- Envolver a família no processo educativo do aluno;
- Reunir com os docentes do conselho de turma para analisar as dificuldades e os planos de trabalho destes alunos.

Os alunos são identificados pelo Conselho de Turma, em articulação com o Diretor de Turma. O professor tutor designado, com base nas indicações do Conselho de Turma e na avaliação das necessidades do aluno, elabora um programa de tutoria, cuja execução avalia no final de cada período.

Os horários das turmas com alunos em situação de tutoria devem prever tempos comuns para a intervenção do professor tutor.

São competências do professor tutor:

- Reunir nas horas atribuídas com os alunos que acompanha;
- Acompanhar e apoiar o processo educativo de cada aluno do grupo tutorial;
- Facilitar a integração do aluno na turma e na escola;
- Apoiar o aluno no processo de aprendizagem nomeadamente na criação de hábitos de estudo e de rotinas de trabalho;
- Proporcionar ao aluno uma orientação educativa adequada a nível pessoal, escolar e profissional com as aptidões, necessidades e interesses que manifeste;
- Promover um ambiente de aprendizagem que permita o desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- Envolver a família no processo educativo do aluno;
- Reunir com os docentes do conselho de turma para analisar as dificuldades e os planos de trabalho destes alunos;
- Sem prejuízo do citado anteriormente, o professor tutor poderá se considerar necessário, assistir às aulas do aluno para detetar problemas e/ou constrangimentos existentes;
- Para as reuniões de conselho de turma, o professor tutor deve entregar ao diretor de turma um relatório sucinto onde dê conta do trabalho desenvolvido e dos progressos dos alunos.

10.7.5. Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) do Agrupamento AEGP

De acordo com os pontos 1 e 3, do artigo 13º, do Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho, o **Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)** é uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da Escola.

A ação educativa promovida pelo **Centro de Apoio à Aprendizagem** é subsidiária da ação desenvolvida na turma do aluno, convocando a intervenção de todos os agentes educativos.

Os recursos humanos afetos ao CAA dependem da gestão do Crédito Horário do Agrupamento, contudo existe a preocupação de disponibilizar professores dos diversos grupos de recrutamento. Os professores do Grupo 910 estão ao serviço do CAA, nos vários polos do Agrupamento.

Todos os recursos existentes pertencem ao CAA, nomeadamente:

- Bibliotecas Escolares;
- Técnicos dos Centros de Recursos para a Inclusão (CRI) que são serviços especializados existentes na comunidade, acreditados pelo Ministério da Educação, que apoiam e intensificam a capacidade da escola na promoção do sucesso educativo de todos os alunos;
- Clubes;
- Antigas Unidades de Ensino Estruturado (UEE);
- SPO;
- Outros...

Compete à Diretora a designação de cada Coordenador(a) para cada um dos polos do CAA.

O horário dos docentes com horas atribuídas para o CAA pode sofrer variações de acordo com as necessidades verificadas ao longo do ano letivo.

10.7.6. POLO DO 1º CICLO - Centro Escolar Visconde de São Gião (CEVSG)

O Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) do 1º Ciclo funciona no Centro Escolar Visconde de São Gião, das 9h00 às 15h30, em espaços diferenciados, nomeadamente:

- Biblioteca Escolar (BE);
- Laboratório;
- Sala de Ensino Estruturado (antiga Unidade de Ensino Estruturado – Sala TEACCH).

Dispõe igualmente de recursos humanos, nomeadamente, várias professoras do Ensino Especial e duas professoras do ensino regular, sem turma.

Ainda há a referir que duas das professoras de Educação Especial estão, em alternância, no apoio nas turmas e CAA/Sala de Ensino Estruturado a alunos com PEA (Perturbações do Espectro do Autismo), apoiadas por 2 funcionárias, também em alternância, uma vez que uma das crianças necessita de acompanhamento permanente.

A Sala de Ensino Estruturado é frequentada por alunos com medidas seletivas e adicionais acompanhados por outra professora de Educação Especial, duas vezes por semana.

A intervenção com os alunos com PEA (Perturbações do Espectro do Autismo) é feita tanto na Sala de Ensino Estruturado (média de 40%) como na turma (média de 60%); esta percentagem é dinâmica, dependendo das necessidades e especificidades de cada um.

Cada aluno tem um horário com a distribuição desses tempos.

As professoras de Educação Especial intervêm igualmente na turma com estratégias concertadas entre elas e a professora titular da turma.

A **Sala de Ensino Estruturado do Polo do CAA do Centro Escolar Visconde de São Gião** é um espaço que permite uma resposta mais adequada às necessidades dos alunos com perturbação comportamental no âmbito do espectro do autismo.

Facilita, igualmente, a intervenção na gestão e controle de comportamentos promotores da socialização e da autonomia, do desenvolvimento da linguagem/oralidade, para além do reforço nas aquisições académicas.

Permite, de igual forma, o acesso e a utilização de recursos materiais, didáticos e tecnológicos, o que potencia a intervenção dos alunos e a sua participação nas atividades.

Permite também a possibilidade de implementar, de uma forma mais consistente, a metodologia TEACCH, através da estruturação do espaço e dos tempos.

10.7.7. POLO DO 2º CICLO E 3º CICLO – Escola Básica Manuel de Figueiredo (EBMF) e POLO DO 3º CICLO E SECUNDÁRIO – Escola Secundária Maria Lamas (ESML)

Os polos do CAA da Escola Manuel de Figueiredo e da Escola Maria Lamas são constituídos por equipas de docentes de diferentes grupos disciplinares e por docentes de Educação Especial, que promovem a sua ação educativa em contexto de sala de aula, na Unidade de Ensino Estruturado (UEE) para alunos com Perturbação do Espectro de Autismo (PEA), no caso da Escola Manuel de Figueiredo, nas

salas do CAA, nas Bibliotecas Escolares (BE) ou nos espaços onde o ambiente seja o mais adequado como contexto educativo.

Os docentes dos diferentes grupos disciplinares têm um número variável de tempos letivos distribuídos ao longo da semana.

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

No início do ano letivo foram identificados os alunos que beneficiaram de medidas educativas no ano letivo anterior, ao abrigo do extinto DL 3/2008, para providenciar o seu apoio e a sua inclusão no grupo/turma e nas rotinas e atividades escolares.

Face às necessidades identificadas e aos recursos humanos e materiais disponíveis foi efetuada uma distribuição dos recursos humanos pelas turmas, por ano de escolaridade.

A atualização da mancha horária das equipas dos CAA é efetuada, a todo o momento, e assim que surgem alunos com algum tipo de necessidade de intervenção ao nível académico ou comportamental.

As ações a desenvolver passam particularmente pela promoção da qualidade de participação dos alunos, e pelo apoio à inclusão desses mesmos alunos, na turma, e as intervenções desenvolvem-se a vários níveis.

- Acompanhamento de alunos, em contexto de sala de aula, na Escola Manuel de Figueiredo, com PEA (Perturbações do Espectro do Autismo e/ou adaptações curriculares significativas (alunos com CEI, no ano letivo anterior);
- Acompanhamento de alunos, em contexto de sala de aula, para promoção do comportamento pró-social;
- Desenvolvimento de atividades com alunos com adaptações curriculares significativas (com CEI no ano letivo anterior), individualmente ou em pequeno grupo (2 a 4 alunos), na UEE, na sala do CAA, na Biblioteca Escolar (BE) ou noutro ambiente educativo, rico em aprendizagens (por ex., refeitório, bufete, papelaria, espaços exteriores na escola e fora da escola);
- Apoio a alunos (com PEI no ano letivo anterior), individualmente ou em grupo, na sala do CAA ou na BE;
- Acompanhamento de alunos ao transporte rodoviário e às atividades do *Boccia*;
- Acompanhamento de alunos nas atividades propostas pelo Conselho de Turma;

- Elaboração e reformulação de horários da Sala de Ensino Estruturado, de acordo com as necessidades dos alunos e os recursos humanos disponíveis, tendo por base o horário da turma do aluno e as indicações do Conselho de Turma;
- Solicitação ao Diretor de Turma das planificações a médio prazo das disciplinas (metas, sugestões metodológicas e atividades propostas) para os alunos com adaptações curriculares significativas, para as quais se pretende uma resposta que complemente o trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos (desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado e/ou desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social);

De igual forma, as equipas do CAA desenvolvem apoio a docentes do grupo disciplinar ou do mesmo Conselho de Turma a que os alunos pertencem, assim como apoiam na criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação, em que a sua atuação passa pelo desenvolvimento dos seguintes aspetos.

- Apoio a docentes na utilização de novas tecnologias e produção de materiais pedagógicos para motivar os alunos, desenvolver a sua autonomia e promover as aprendizagens;
- Organização dos recursos materiais nas salas dos polos do CAA, na Sala de Ensino Estruturado e no arquivo digital.

11. AVALIAÇÃO DO PROJETO CURRICULAR DE AGRUPAMENTO

A divulgação do Projeto Curricular à comunidade será feita através do *site* do Agrupamento de Escolas Gil Paes em www.AEGP.pt.

A qualidade pedagógica do agrupamento decorre da articulação deste projeto, posto em prática através dos Planeamentos Curriculares de Turma (PCT)/Planos de Trabalho das Turmas (PTT) e dos Planos Plurianual e Anual de Atividades (PPA e PAA), nos quais são identificadas as opções e prioridades, de acordo com o diagnóstico das necessidades.

Assim, é necessário realizar uma avaliação periódica e sistemática da sua aplicação, a efetuar pelo Conselho Pedagógico.

Em situação mais habitual, a avaliação da execução do PCA articula-se com a avaliação do PEA, a qual terá de ser dinâmica, de modo a acomodar as alterações no decurso do tempo, pelo menos as anuais, tendo como referência os objetivos nele definidos.

12. LEGISLAÇÃO DE SUPORTE

(Ordenada por ano de publicação)

Despacho Normativo nº 16/2019, de 4 de junho – introduz alterações ao regime de constituição de grupos e turmas e o período de funcionamento dos estabelecimentos de educação, estabelecido pelo **Despacho Normativo nº 10-A/2018, de 19 de junho**.

Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho – Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva.

Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho – Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.

Despacho n.º 6020-A/2018, de 19 de junho – Determina a aprovação dos calendários, para o ano letivo de 2018-2019, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames dos ensinos básico e secundário.

Despacho Normativo nº 6/2018, de 12 de abril – Define o regime de matrícula, renovação de matrícula e distribuição de crianças e alunos.

Despacho Normativo nº 10-A/2018, de 19 de junho – Regime de constituição de grupos e turmas e o período de funcionamento dos estabelecimentos de educação.

Despacho Normativo nº 10-B/2018, de 06 de julho – Organização do ano letivo 2018/19.

Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto – Procede à regulamentação dos cursos científico-humanísticos, a que se refere a alínea a) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

Portaria nº 235-A/2018, de 23 de agosto – Procede à regulamentação dos cursos profissionais a que se referem as alíneas a) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, na sua redação atual, e b) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho – Homologação do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Despacho Normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril – Regulamenta o novo regime de avaliação e certificação de aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, conforme o **Decreto-Lei nº 17/2016, de 4 de abril**.

Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho - Estabelece as matrizes curriculares do 1.º ciclo do ensino básico e dos cursos profissionais do ensino secundário.

Despacho n.º 2162-A/2013, de 5 de fevereiro – Regulamenta a realização das provas finais de ciclo, do 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e das provas de equivalência à frequência.

Portaria nº 74-A/2013 de 15 de fevereiro – Estabelece as normas de organização, funcionamento e certificação dos cursos profissionais.

Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de junho – Regime de autonomia, administração e gestão das escolas, alterado e republicado pelo DL nº. 83-A/2014, de 23 de maio.

Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 91/2013, de 10 de julho - Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico e secundário bem como da avaliação das aprendizagens.

Declaração de Retificação n.º 51/2012. D.R. n.º 184, Série I de 2012-09-21 – Retifica a **Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto**, que define o regime de organização e funcionamento dos cursos científico-humanísticos de Ciências e Tecnologias, de Ciências Socioeconómicas, de Línguas e Humanidades e de Artes Visuais, ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, e estabelece os princípios e os procedimentos a observar na avaliação e certificação dos alunos.

Lei nº. 5/97, de 10 de fevereiro – Estabelece como princípio geral que a Educação Pré-Escolar é a primeira etapa da Educação Básica no processo de educação ao longo da vida.

Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio – Define as atribuições do serviço de psicologia e orientação.